ISSN 2359-053x

ANO 3 - NÚMERO 32 - JUNHO 2017

Xapuri SOCIOAMBIENTAL

R$ 10

GOVERNO LIBERA DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA

p. 08

ARQUEOLOGIA
Os Geoglifos do Acre

p. 16

ECOTURISMO
Lagolândia, o bucólico arraial de Santa Dica

p. 22

URBANIDADE
Marginais Paulistanas da Morte

p. 46

46 Anos

FENAE

A cada novo desafio, a garra de quem luta desde 1971.

www.fenae.org.br

Fenae chega aos 46 anos ainda mais preparada para os desafios

Desde 29 de maio de 1971, quando foi criada, a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae) está ao lado dos empregados do banco, da ativa e aposentados, pautando suas ações na defesa dos direitos e na promoção do bem-estar da categoria. Vários foram os momentos em que bancários e Federação deram as mãos para enfrentar situações difíceis, buscar soluções e tomar atitudes ousadas e decisivas.

Foi assim nos períodos em que o enfraquecimento e a privatização da Caixa estiveram na pauta dos governos. E sempre que a direção da empresa optou pelo caminho da retirada de direitos dos trabalhadores, embora o correto e justo seja valoriza-los pela dedicação diária em todo o país. Graças a greves e mobilizações históricas que tiveram a Fenae e outras entidades à frente, avanços foram conquistados e retrocessos foram barrados.

Esse modelo nunca se esgotará. Aliás, tem sido intensificado, diante de um cenário em que a democracia, os direitos da classe trabalhadora e o patrimônio dos brasileiros estão seriamente ameaçados. Como exemplo, as reformas trabalhista e da Previdência, que parlamentares insistem em tocar, apesar da crise política sem precedentes, bem como o atual processo de desmonte da Caixa, que não pode ser diminuída e deixar de ser 100% pública.

Graças a tudo que foi construído em quase cinco décadas, a Fenae també reforça o seu compromisso com a sociedade. São iniciativas como o Movimento Solidário, que tem transformado vidas em comunidades carentes, e a parceria com o Instituto Yunus, inédita no Brasil, que visa os investimentos em negócios sociais. É a Federação contribuindo para um país melhor e mais justo.

Assim é a Fenae. Desde 1971, sempre preparada para os novos desafios.

FENAE

> **“A vida segue e, enquanto houver necessidade, o empate continua. Ai de mim se me calar!”**
>
> Edel Moraes

COLABORADORES/COLABORADORAS JUNHO

Altair Sales Barbosa – Arqueólogo. Antenor Pinheiro – Jornalista. Cindy Lauper – Gestora Ambiental. Cláudia Costa Saenger – Mestranda em Geoprocessamento. Domingos Bueno - Etnomusicólogo. Professor. Emir Sader – Sociólogo. Eduardo Henrique – Fotógrafo. Eduardo Pereira – Produtor Cultural. Gustavo dos Reis Oliveira – Médico Veterinário. Iêda Leal da Costa – Educadora. Iêda Vilas-Bôas – Educadora. Jaime Sautchuk – Jornalista. Lucélia Saraiva Aguiar – Advogada. Lúcia Resende – Educadora. Luís Cláudio de Oliveira – Educador. Trajano Jardim – Jornalista. Vania Montenegro – Fotógrafa. Zezé Weiss – Jornalista.

CONSELHO EDITORIAL

1. Jaime Sautchuk
2. Zezé Weiss
3. Altair Sales Barbosa
4. Binho Marques
5. Elson Martins
6. Emir Sader
7. Graça Fleury
8. Jacy Afonso
9. Jair Pedro Ferreira
10. Neusimar Coelho
11. Ieda Vilas-Bôas
12. Trajano Jardim

EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental
Telefone: (61) 9 9967 7943. E-mail: contato@xapuri.info. Razão Social: Xapuri Socioambiental Comunicação e Projetos Ltda. CNPJ: 10.417.786\0001-09. Endereço: BR 020 KM 09 – Setor Village – Caixa Postal 59 – CEP: 73.801-970 – Formosa, Goiás. Atendimento: Zezé Weiss (61) 9 9967 7943; Edição: Zezé Weiss, Jaime Sautchuk (61) 9 9926 0445. Revisão: Lúcia Resende e Thaís Maria Pires. Produção: Zezé Weiss. Jornalista Responsável: Thais Maria Pires - 386/GO. Menor Aprendiz: Ana Beatriz Fonseca Martins. Mídias Sociais: Eduardo Pereira. Tiragem: 10.000 exemplares. Logística: Iasmin Reis. Circulação: Revista Impressa - Todos os estados da Federação. Revista Web: www.xapuri.info – bilíngue – todo o território nacional, países de línguas portuguesa e inglesa. Distribuição – Revista Impressa: Todos os estados da Federação Revista Web - Todo o território nacional. ISSN 2359-053x.

Por mais que melhore a vida de uns poucos numa perspectiva de curto prazo, o dinheiro é inimigo mortal da qualidade de vida no Planeta. A ânsia pelo lucro não se afina com políticas que visem ao cuidado do ambiente em que vive a Humanidade.

Não precisa ser esquerdista ou comunista pra constatar a veracidade desse ditame da Natureza. O próprio capitalismo, em sua fração socialista, advoga propostas ditas ambientalistas como um requisito da sua própria sobrevivência.

É certo que setores retrógrados, defensores empedernidos do liberalismo econômico a qualquer custo, desdenham esses cuidados. Um tal “mercado” comandaria o mundo. Os seres vivos, inclusive os humanos, são apenas peças dessa entidade superior.

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, homem assumidamente de direita, atrasado, acaba de retirar seu país do Acordo de Paris sobre o Aquecimento Global.

Seu mau exemplo, infelizmente, é seguido em todos os continentes, por governos que dão demonstrações claras de que não estão nem aí com o futuro da vida. No Brasil, inclusive.

Este é o tema de Capa desta edição de Xapuri.

No plano federal, o governo adota uma série de medidas que liberam o desmatamento na Amazônia. Contraria o bom senso e interrompe um processo que vinha conseguindo reduzir o ritmo de retirada do que resta de floresta na região.

São medidas explícitas, como as que desmontam a Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim, no sudoeste do Pará. Ou camufladas, como a que redefinem as atividades econômicas que precisam de licenciamento ambiental desde antes de sua implantação. Mineração e agropecuária, por exemplo, ficam isentas.

No plano local, o aumento do limite de velocidade dos automóveis em São Paulo já apresenta resultados, com mais mortes no trânsito. Lotam os hospitais com prolongadas internações e as ruas de pessoas com deficiência. Também ali, um freio na modernidade.

Mas, claro, você encontrará muito mais nesta edição da revista, em conteúdos variados, sempre bem ilustrados.

Boa leitura

Zezé Weiss e Jaime Sautchuk

Editores

Mensagens pra Xapuri

Mamãe ganhou mais um exemplar da Revista Xapuri e está lendo para mim! É uma revista voltada para a defesa do meio ambiente e da qualidade de vida. Tem conteúdo socioambiental com textos leves e diagramação impecável. Nesse exemplar tem a receita de "arroz-doce moreno à moda antiga do jeitinho que a bisa fazia! Mamãe vai fazer para mim. **Bluebell**, *filha da Lígia Dias Rosário @lilasesazuis_gata*

Adoro a revista Xapuri! O melhor mix de política pública ambiental com sustentabilidade e qualidade de vida... Estão de parabéns! **Soninha Cristina Guirado**, *Marília – SP.*

Ótima revista, expõe a relação entre o homem e a natureza de um jeito irreverente!
Davi Rassi, *Ribeirão Preto – SP.*

contato@xapuri.info

As imagens mais populares da @revistaXapuri

@jean_rovaris

@thiagodickmann

@gilsonguia_

Marque suas melhores fotos do Instagram com a hashtag

#revistaxapuri

Sua foto pode aparecer AQUI!

Xapuri SOCIOAMBIENTAL 32 JUN 17

08 CAPA
Governo libera desmatamento na Amazônia

14 ECOLOGIA
O assoreamento dos rios

16 ARQUEOLOGIA
Os geoglifos do Acre

26 GASTRONOMIA
Pudim Alemão

30 CULTURA
Santo Antônio, São João, São Pedro. Viva as festas juninas!

44 SAÚDE
Homeopatia no campo, alimento saudável nas mesas da cidade

Xapuri – Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: "Rio antes", ou o que vem antes, o princípio das coisas.
Boas-Vindas!

18 CIDADANIA
Como as eleições indiretas prejudicam o país

20 CONSCIÊNCIA NEGRA
LEI nº 10.639/ 2003: o que mudou com relação ao racismo?

22 ECOTURISMO
Lagolândia, o bucólico arraial de Santa Dica

25 MITOS E LENDAS
A lenda do Vaqueiro Misterioso

32 PERFIL
Elza Soares

34 SOCIEDADE CIVIL
A CPI da Funai/Incra e a criminalização das lideranças e organizações do movimento social

38 SUSTENTABILIDADE
No Brasil de hoje, falta boa vontade

40 MEMÓRIA
Zilda Arns Neumann: semeadora de saberes, multiplicadora de solidariedades

42 DIREITOS INDÍGENAS
Branco pensa que índio não é gente, que é igual passarinho...

46 URBANIDADE
Marginais paulistanas da morte

48 VIDA ANIMAL
Picada de cobras: Tratamento com específico pessoa?

GOVERNO LIBERA DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA

Jaime Sautchuk

Medidas recentes do Governo Federal, muitas das quais corroboradas pelo Congresso Nacional, escancaram as portas da Amazônia ao desmatamento da floresta que ainda resta. São ações de diversos tipos, apresentadas de formas diferenciadas, da agropecuária à mineração e ao aproveitamento de recursos hídricos, que levam à derrubada de extensas áreas e facilitam o transporte da madeira retirada.

Em maio último o Congresso aprovou proposta do Governo de redução do tamanho da Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim, no Sudoeste do Pará, que significa sua extinção, na prática. Em seu lugar, foi criada uma Área de Proteção Ambiental (APA), que é muito menor e permite atividades econômicas em seu interior, inclusive a exploração madeireira.

Ao mesmo tempo, o Congresso aprovou outra Medida Provisória, também de iniciativa governamental, que cria o que está sendo chamado de Lei dos Licenciamentos. Sua finalidade é acabar com a exigência de licença ambiental a uma série de atividades, entre as quais mineração, agropecuária e construção de barragens. É só ir entrando, não interessa o tamanho do estrago que será feito.

Em vários órgãos federais, em especial o Ministério das Minas e Energia, andam processos de quebra do contingenciamento de áreas riquíssimas em minérios, que serão entregues a grandes empresas. Dentre elas, algumas reservas de ouro e minerais estratégicos, radioativos, até agora mantidas em sigilo, como segredo de Estado.

Em outra frente, na Câmara Federal, o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre as atividades da Funai e do Incra propõe a suspensão de demarcações de terras indígenas e de remanescentes de quilombos. A Comissão, controlada por deputados da bancada ruralista, defende o caminho contrário, de redução do tamanho dessas áreas.

São, todas essas, ações que sugerem a retirada de florestas nativas, seguindo na contramão do que vinha ocorrendo há mais de uma década, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), de São Paulo. São informações obtidas a partir de satélites operados por esse órgão.

A taxa de desmatamento registrada na Amazônia brasileira em 2015 foi 71% inferior à registrada em 2004, ano em o Governo Federal pôs em operação o Plano para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm), coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). Ou seja, desde aquele ano vinha ocorrendo uma queda real no desmate, ano após ano.

No entanto, em 2016 houve um crescimento de 29% sobre a taxa de 2015, já indicando uma retomada em larga escala. A estimativa é do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES), do INPE, recentemente concluída, e aponta uma área de 7.989 km2 de corte raso de grandes árvores no período de agosto de 2015 a julho de 2016. Ou seja, o equivalente a 800 mil campos de futebol em um ano.

Dos 144 municípios do Pará, por exemplo, 82 já contam com menos de 50% da floresta primária original, sendo que em 15 deles restam menos de 10%, conforme dados da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade. Em Santa Cruz do Arari, na Ilha do Marajó, e Mojuí, vizinho de Santarém, não há mais um pé sequer de mata nativa.

JAMANXIM

Chamou a atenção do mundo inteiro, pela sua dimensão e possíveis impactos, a drástica redução da Flona de Jamanxim, no município de Novo Progresso, sul do Pará. Por iniciativa do Governo Federal, uma Medida Provisória com este fim foi aprovada a toque de caixa pela Câmara e Senado, em meio à ebulição política que tomou o mês de maio

Criada há apenas dez anos, em terras da União, habitadas por populações tradicionais, essa Unidade de Conservação acaba de perder 57% de sua área original de 1,3 milhão de hectares. A parte restante foi rebaixada de categoria, permitindo atividades econômicas em seu perímetro.

Segundo análise da Imazon, ONG sediada em Belém do Pará, "da redução total de 743 mil hectares, 438 mil foram adicionados ao Parque Nacional do Rio Novo. Até aí, sem polêmica. Mas outros 305 mil hectares, um quarto da antiga Flona, viraram parte de uma nova Área de Proteção Ambiental (APA), a mais branda categoria de proteção brasileira, que permite propriedade privada – leia-se, nesse caso, legalização de terras invadidas dentro dos seus limites".

GRILAGEM

O nome da Flona foi emprestado do rio Jamanxim, situado na área de influência da BR-163 (Cuiabá, MT – Santarém, PA), onde há várias unidades de conservação e a enorme Base Militar do Cachimbo, com tamanho equivalente ao estado de Sergipe. Principalmente de uma década pra cá, a região vem sendo ocupada por grileiros de terras e garimpeiros, que pleiteiam legalização de áreas invadidas.

Quando propôs a redução do tamanho da Flona, o Governo Federal invocou a necessidade de regularização da situação fundiária da região. Isto, enquanto o Ministério Público e vários órgãos governamentais demonstram

que as documentações apresentadas por ocupantes de áreas são falsas, além do fato de serem terras da União, na quase totalidade.

Também a usina hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, a quarta maior do mundo, está na área de influência da BR-163. Além do grande lago formado pela sua barragem, em área que era de floresta, vasta extensão de terras ao seu redor foram ocupadas por estradas vicinais e posseiros, sem que se possa calcular ainda o tamanho do desmatamento que ali se processa.

Como complemento, ao aprovar a medida, o Governo Federal se comprometeu, com recursos financeiros já assegurados, a concluir o asfaltamento da BR-163 naquele trecho e a construir uma ferrovia, que irá se conectar àquela já existente entre o complexo de mineração da Serra dos Carajás e os portos do Maranhão.

A primeira finalidade dessas vias de transporte será a de dar vazão à madeira a ser dali retirada, tendo como destino principal o mercado externo.

O mesmo ocorre mais a oeste no mapa do Brasil, mas tendo como centro a BR-364, que corta o estado do Mato Grosso no sentido sul-norte, transpondo Rondônia e fazendo a ligação com o Amazonas e Acre. Ampla área lindeira da estrada e de ramais que foram sendo abertos nos últimos anos também são alvos de ocupação desordenada e feroz desmate.

Também ali será construída uma ferrovia, como parte do fundo binacional China-Brasil, criado em 2014, durante a visita do presidente Xi Jinping ao Brasil, e sacramentado em parte durante a vinda de missão chinesa em maio passado. A Ferrogrão, como está sendo chamada, será construída de imediato, ligando as cidades de Sinop, no Mato Grosso, e Itaituba, no Pará, a um custo de 30 bilhões de dólares.

LICENCIAMENTOS

Embora meio confusa, por tratar a questão de modo fragmentado, a legislação brasileira de licenciamento ambiental é considerada um entrave à implantação desse projeto de assalto aos recursos naturais. Assim, um ardil foi montado pra mudá-la rapidamente.

A Política Nacional de Meio Ambiente, instituída em 1981, é a norma básica desse setor no país, mas há conflitos inclusive de jurisdição, pois a União, estados e municípios têm a prerrogativa de licenciar, dependendo do caso, o que gera constantes desentendimentos.

Um exemplo atual, de grandes proporções. Em maio passado, o governo do Pará deu licença de exploração de ouro à empresa canadense Belo Sun Mining Co., em área próxima à Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu. A previsão é de extração de 5 toneladas anuais, por doze anos.

No entanto, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, vetou o licenciamento, por não cumprir etapas legais previstas. O projeto parou, por enquanto.

Na legislação em vigor há, também, normatização específica de determinados setores. O desmatamento, por exemplo, é regido pela Lei nº 4.771/65, de 15 de setembro de 1965, determinando que "qualquer pessoa ou empresa que explore, utilize, transforme ou consuma matéria prima da floresta, faça a reposição".

No entanto, essa lei nunca foi cumprida, até pelo fato de ela não dizer a quem cabe fiscalizar se a floresta foi recuperada ou não.

Na área mineral, existe o Código de Mineração, criado pelo Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, que "ordena, organiza e administra os recursos minerais da União, a indústria de produção mineral e a distribuição, o comércio e o consumo de produtos minerais brasileiros". Seu cumprimento fica sob a fiscalização do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), órgão do Ministério das Minas e Energia, responsável também pela concessão de áreas de mineração.

De toda forma, uma norma básica determina a existência de três etapas no licenciamento: Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação. Qualquer empreendimento que possa pôr em risco o meio ambiente precisa cumprir essas etapas, no mais das vezes sob a supervisão do Ibama, por meio de processos extremamente burocráticos.

Por isso, é quase unanimidade a opinião de que se faz necessária uma reforma no sistema em vigor, de modo que há mais de uma dezena de projetos no Congresso Nacional com esse objetivo. Todos tratam da agilização dos processos de licenciamento.

No entanto, de uma hora pra outra esses projetos foram unificados e uma proposta passou a tramitar celeremente, com alterações profundas nas ideias originais sugeridas.

A mudança principal é a que define as atividades que irão necessitar de licenciamento a partir de agora. E ficam de fora áreas como mineração, agropecuária, florestas, uso de recursos hídricos e por aí vai. A proposta foi combatida por partidos de oposição, mas a base governista usa de todos os recursos disponíveis pra fazer com que a nova legislação seja aprovada.

Assim, ficará ainda mais escancarada a porteira da derrubada da floresta, já que o desmatador não precisará dar satisfação a ninguém e, pelo que fica implícito, o Ibama terá de dar certificado de legalidade às madeiras retiradas.

TRANSAMAZÔNICA

O processo de retomada do desmatamento desenfreado, ora em curso, nos faz lembrar as décadas de 1960 e 1970, durante o regime militar, quando foi iniciado o processo de ocupação física da Amazônia por meio de rodovias.

A principal delas foi a Transamazônica, ou BR-230, estrada de 4.200 km, cortando o Brasil de leste a oeste, de Cabedelo, no litoral da Paraíba, a Lábrea, no Amazonas. Uma obra faraônica, como se dizia à época, uma aventura gigantesca, até hoje inacabada, pois em muitos trechos, ainda sem asfalto, ela fica intransitável nos períodos de chuva.

A parte amazônica da estrada começa na sua conexão com a rodovia Belém-Brasília, em Estreito, próximo à Imperatriz, no Maranhão. A região, conhecida como "Bico do Papagaio" pelas suas características geográficas (encontro dos rios Araguaia e Tocantins), foi palco (1972/75) do episódio histórico batizado de Guerrilha do Araguaia.

Naquele período, esta área do sudeste do Pará foi recortada por estradas abertas pelas Forças Armadas, com a finalidade de derrotar o movimento guerrilheiro lá desencadeado pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Eram vias operacionais (OPs), que formaram quadriláteros logo ocupados por fazendas de pecuária bovina e agricultura extensiva.

A partir daquele ponto, a rodovia Transamazônica segue no sentido oeste, passando pelas cidades paraenses de Marabá, Altamira e Itaituba, até Humaitá e Lábrea, no Amazonas, pouco antes da divisa com o estado do Acre. Mesmo que precárias, tanto a BR quanto as OPs abriram as portas ao desmatamento em larga escala.

COMO SE DESMATA

Essa região, ao sul do rio Amazonas, havia sido ocupada pelos rios, no Ciclo da Borracha (1880/1920), período de grande importância econômica e social na história do Brasil. No entanto, os milhares de trabalhadores fugidos das secas do Nordeste, usados na extração do látex, não alteravam a floresta, apenas singravam as seringueiras. E mantiveram esse estilo de vida após o término daquele período econômico.

Hoje em dia, as formas de desmatamento são bastante variadas, embora, em muitos locais de pequenos produtores, ainda seja praticada a agricultura sombreada, que evita a derrubada de árvores de maior porte. É o caso, por exemplo, do assentamento de Anapu, na Transamazônica, em lotes ocupados por cerca de 700 famílias de trabalhadores rurais.

Este assentamento se tornou conhecido pelo assassinado da irmã Dhoroty Stang, religiosa católica de origem estadunidense, em 2005. Ela defendia a comunidade contra grileiros que pretendiam tomar conta da área.

No mais das vezes, em grandes áreas, normalmente ocupadas por grileiros ruralistas, tratores vão retirando a mata mais rasteira, sendo seguidos de trabalhadores com motosserras, que vão cortando as árvores maiores ao rés do chão. Seguem um certo padrão no desmatamento.

Normalmente, cada equipe é composta por um balizador e dois auxiliares, que indicam por onde serão abertas trilhas e quais as árvores a serem derrubadas, mais um operador de motosserra com dois auxiliares e alguém de apoio, como cozinheiro. Além de tratorista e motoristas de caminhão, que abrem as passagens e pátios de manobras, e carregam as toras.

Primeiro é feito o desbaste de cipós e vegetações de pequeno porte e são demarcadas as árvores de maior valor, que são as que tenham mais de 45 cm de DTA (Diâmetro na Altura do Peito). A maior parte da cobertura original é deixada no chão. Ali ficam plantas medicinais, orquídeas, os alimentos da fauna silvestre e tudo o mais. Uma única equipe derruba vários hectares por dia.

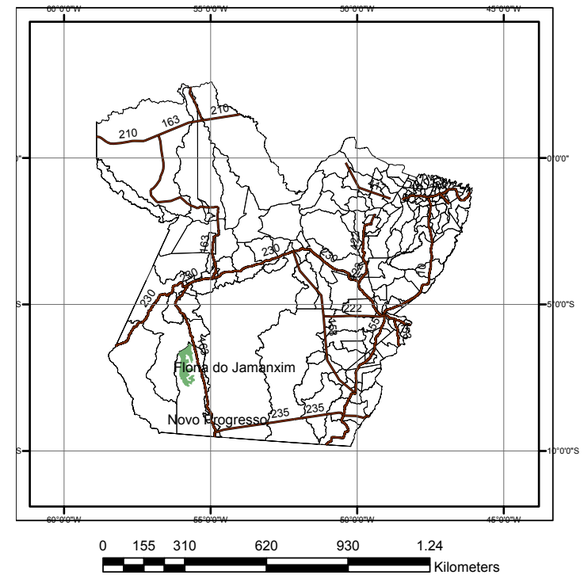
Em outros casos, são usados desfolhantes químicos pra facilitar o trabalho das motosserras. Em junho de 2011, por exemplo, o Ibama apreendeu quatro toneladas de agrotóxicos na fronteira de Rondônia com o Amazonas. Grande parte da carga era do reagente 2,4D, que vinha sendo usado pra desfolhar floresta, antes da derrubada. Só que este é um dos dois principais componentes do Agente Laranja, que fez atrocidades no Vietnã, na década de 1960.

Na guerra genocida, esse agente tinha dupla função. Uma, era desfolhar a floresta para desnudar bases da guerrilha vietnamita. A outra, ainda mais cruel, era arrasar as plantações agrícolas, especialmente de arroz, e assim privar o povo do seu principal componente alimentar.

No fim das contas, os EUA perderam a guerra, mas o veneno atingiu todos os seres vivos, inclusive e principalmente os humanos. Matou milhões e, quatro gerações depois, calcula-se que perto de 5 milhões de vietnamitas tenham sequelas da guerra química, com deficiências físicas e mentais.

GRANDES ÁREAS

A ideia que hoje prevalece no Governo Federal é de facilitar a abertura de vastas áreas, através de grandes projetos de ruralistas ou empresas, inclusive estrangeiras. No Ministério das Minas e Energia vigora uma recomendação de facilitar a liberação de reservas minerais até hoje



Cláudia Costa Sanger

mantidas sob controle do Estado brasileiro.

Uma delas é a ampliação do projeto do rio Trombetas, afluente da margem norte do Amazonas, até a fronteira oeste do Amapá, onde se destaca o maior depósito de ouro que se tem notícia. O Projeto Trombetas atua há mais de três décadas na exploração de bauxita e conta com a infraestrutura urbana e portuária do município de Oriximiná, no oeste do Pará.

A extração de ouro seria entregue a capitais estrangeiros, segundo as articulações ora em curso, e lembra outros projetos de grande envergadura já implantados na Amazônia. A começar pela Fordlândia, experiência na área florestal desenvolvida pelo megaempresário ianque Henry Ford a partir de 1920, às margens do rio Tapajós. Ele tentou domesticar a seringueira, pra produção da borracha.

O exemplo maior, no entanto, é o do projeto Jari, iniciado na década de 1970 pelo magnata Daniel Ludwig, também estadunidense, e ainda hoje em operação na fronteira do Pará e o lado leste do Amapá. Sua área inicial era de pelo menos 4 milhões de hectares junto à Foz do Rio Amazonas.

Ali, ele implantou um complexo agroindustrial de produção de celulose em grande escala, arroz, criação de gado, e o extrativismo mineral de bauxita e caulim. Da área total, 200 mil hectares foram desmatados e, no lugar, foi plantada larga extensão de gmelina, uma árvore asiática, de crescimento rápido, e eucalipto, utilizados na produção de celulose.

O projeto contava com apoio de setores influentes do regime militar e sua localização estratégica gerava suspeitas, baseadas no dito militar "quem controla a foz, controla o rio". Assim, o magnata Ludwig se afastou do projeto ainda nos anos 1980, e um consórcio de 26 empresas privadas e o Banco do Brasil assumiram sua direção.

Em 1999, o empreendimento passou às mãos do Grupo Orsa de papel e celulose, em negociação que envolveu recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Jaime Sautchuk
Jornalista. Escritor

O ASSOREAMENTO DOS RIOS

Fotos: Eduardo Henrique

Eduardo Henrique

O assoreamento dos rios consiste no processo de arrastamento de partículas de solo pelas chuvas, das áreas mais altas das bacias hidrográficas para o leito dos rios, em um processo natural, ou seja, ocorre na natureza há milhões de anos. No entanto, nas últimas décadas, o uso insustentável do solo e dos recursos naturais vem potencializando o assoreamento dos rios e ameaçando a biodiversidade.

Primeiramente, é necessário entender que a vegetação é um dos principais controladores naturais da erosão hídrica. Portanto, uma vez que a cobertura vegetal é retirada sem a utilização de critérios de conservação dos solos, a superfície fica suscetível à ação erosiva das chuvas, aumentando assim a quantidade de sedimentos transportados aos rios.

Com o aumento da taxa de assoreamento, os rios podem se tornar impróprios para a navegação. Além disso, o aumento da turbidez da água reduz a entrada de luz solar, afetando o plâncton, reduzindo a taxa de oxigênio dissolvido na água e, assim, acometendo diretamente peixes, anfíbios e outros animais que dependem dos seres vivos encontrados nos rios.

No Semiárido do Brasil, por exemplo, o contínuo assoreamento dos cursos de água é consequência de manejo inadequado dos solos, destruição das matas ciliares, abertura de estradas nas zonas rurais sem estruturas de contenção de sedimentos, desmatamento, salinização e abandono de áreas agrícolas.

De acordo com informações de agricultores e pesquisadores do Sertão de Pernambuco, os rios e riachos intermitentes da região já não são como eram há três ou quatro décadas. As nascentes deixaram de verter água, as espécies nativas das matas ciliares se tornaram escassas e os poços naturais nos leitos dos rios, que armazenavam água durante os meses de seca, encontram-se assoreados.

Portanto, é imprescindível promover em âmbito local, regional e nacional, ações que visem à conscientização ambiental, ao desenvolvimento de técnicas sustentáveis nas bacias hidrográficas, à fiscalização ambiental, recuperação de áreas degradadas, recomposição de matas ciliares e recuperação das nascentes.

Eduardo Henrique
Técnico em Agropecuária.
Estudante de Agronomia.
Fotógrafo da Natureza.

NENHUM DIREITO A MENOS

Sim
À VALORIZAÇÃO E UNIDADE DO TRABALHADOR DE TI
REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO

Não
A REFORMA DA PREVIDÊNCIA
REFORMA TRABALHISTA
PRECARIZAÇÃO DA TERCEIRIZAÇÃO

SINDPD-DF EM CAMPANHA SALARIAL PELA VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR DE TI.

www.SINDPD-DF.org.br

SINDPD-DF
Filiado à CUT e à FENADADOS

Fotos: Acervo Altair Sales Barbosa

OS GEOGLIFOS DO ACRE

Altair Sales Barbosa

No atual estágio da Arqueologia Pré-histórica Brasileira, são conhecidos vários tipos de sítios arqueológicos que, de acordo com suas características, se classificam como Pré-históricos, Clássicos e Históricos, e recebem denominações diferenciadas.

Um sítio arqueológico refere-se a um local onde há vestígios de atividades humanas. Os principais são:

- Sítios Cerâmicos – Geralmente localizados em áreas abertas e quase sempre associados a grupos horticultores que faziam grande uso de vasilhames cerâmicos na labuta cotidiana. Quando abandonavam o local, deixavam a maior parte dos vasilhames na antiga moradia, pois além de frágeis eram de transporte relativamente difícil. Com o intemperismo do tempo essas peças se fragmentavam dando origem a grandes concentrações de cacos de cerâmica;
- Sítios Líticos – Locais de antiga moradia onde não aparecem vestígios da utilização da cerâmica. Geralmente associam-se esses sítios a grupos com economia de caça e coleta;
- Sítios Líticos Oficinas – Locais de exploração de matéria prima mineral, para confecção pelos indígenas de suas ferramentas, quer sejam lascadas ou polidas;
- Sítios em Abrigo Sob Rocha – São locais com vestígios arqueológicos, localizados em grutas e abrigos, e tanto podem conter material lítico ou cerâmico, como também outros grupos de vestígios tais como restos de alimentos, sepultamentos, e sinalações rupestres;
- Sítios com Sinalações Rupestres – Estão sempre associados a outros materiais e são colocados numa categoria à parte, porque às vezes são encontrados isoladamente. São caracterizados por pinturas com motivos variados e também com cores diversas. Os sítios com pinturas, na sua maioria, se localizam em abrigos. Dentro da grande categoria de sítios rupestres, podem ser incluídos os sítios com petroglifos, que são inscrições rupestres encontradas tanto em abrigos como em blocos de rochas isolados, ou em lajedos de rocha dura, rente ao solo; e
- Sítios Sambaquis – São grandes amontoados de moluscos consumidos por populações pré-históricas, possuindo várias funções. Embora os sítios sambaquis sejam mais frequentes no litoral, também há vários registros de sua existência no interior do Brasil.

OS GEOGLIFOS DO ACRE

Para todas essas principais categorias, a Arqueologia Brasileira tem hoje um entendimento seguro sobre sua existência. Entretanto, em 1977, o arqueólogo Ondemar Dias Junior descobre no Acre, no vale do rio Purus, algumas estruturas até então desconhecidas na Arqueologia do Brasil, às quais atribui o nome de geoglifos. Em 1988, Ondemar Dias e Eliana Carvalho publicam o primeiro trabalho sobre o tema, atribuindo-lhes também a denominação "valetas de terra".

Os geoglifos são grandes sinalizações feitas diretamente no solo, principalmente em solo argiloso, sempre representando figuras geométricas, em sua maioria circulares ou quadradas. Consistem basicamente da escavação de dois fossos ou valetas com profundidades que podem atingir até três metros.

Uma valeta é externa, protegida por uma espécie de mureta cuja terra é retirada da sua própria construção. A outra valeta ou fosso é interna e dista cerca de cinco metros da valeta externa. Ambas formam figuras geométricas, raramente vistas ao nível do solo.

No entorno das duas valetas, que formam figuras circulares, quadradas ou de outras formas, são plantadas, bem juntinhas, fileiras de ananás, planta bromeliácea espinhenta, parente do abacaxi, que funciona como proteção, tanto para humanos como para animais. O grande volume de terras retirado das valetas é acumulado simetricamente nas suas bordas, formando, para quem observa do alto, um desenho geométrico em alto e baixo relevo.

Cada desenho geométrico geralmente possui uma área maior que 150 metros. A construção dessas estruturas pode estar associada aos indígenas de línguas Jê-Pano, Karib, Kaxinawa, Aruak, que também chegaram a habitar a Bolívia e outras áreas da Amazônia brasileira.

Além das formas comuns circulares e quadradas, descobriram-se também retângulos, hexágonos e octógonos com até 350 metros de diâmetro. E, em função do acumulo de terras férteis entre as valetas, os arqueólogos vislumbram que os geoglifos foram construídos para protegerem áreas de cultígenos associados à existência de ocas ou aldeias.

O avanço das pesquisas sobre os geoglifos, principalmente pelo Museu Emílio Goeldi, do Pará, e pelas universidades de Rondônia e Acre, tem motivado vários pesquisadores a produzir dissertações e teses de doutorado.

As pesquisas aumentaram em muito o registro dessas manifestações arqueológicas. Atualmente, só no Acre são conhecidas mais de 500 dessas configurações, que não se restringem somente ao Acre, mas ocorrem também noutras áreas das terras altas da Amazônia e até fora do território brasileiro.

Descobriu-se que há geoglifos que se unem por caminhos retos, às vezes formando outras figuras singulares. Entretanto, esses geoglifos não devem ser confundidos com aquelas figuras imensas que existem no norte do Chile e em Nazca, no Peru. Essas são inscrições feitas no alto ou nas escarpas da Cordilheira e parecem indicar caminhos, como orientação.

Também não podem ser considerados centros de adoração de influência cristã, porque o cristianismo só chegou à região há cerca de 200 anos. As primeiras escavações conduzidas pelo professor Ondemar na região de Xapuri, no Acre, acusam idades situadas entre 2.000 a 2.500 anos A. P.

Outro fator importante a salientar é que não se pode associar os geoglifos como centros cerimoniais de Impérios Civilizatórios, porque a civilização implica uma série de categorias sociais mais complexas. Na civilização existe poder centralizado com divisões de classes sociais, noção de propriedade privada, que o índio brasileiro felizmente não tem.

O brasileiro tende a diminuir a importância da sociedade tribal, mas a sociedade tribal é o tipo de sociedade mais equilibrada para o ser humano viver, porque não há diferenças sociais. Felizmente, não temos impérios pré-históricos no Brasil. É possível que os geoglifos tenham sido construídos com base numa orientação religiosa, mas não em função de uma aristocracia.

Esses monumentos arqueológicos são hoje considerados Patrimônios Culturais do Estado do Acre.

Altair Sales Barbosa
Doutor em Antropologia.
Pesquisador do CNPQ

COMO AS ELEIÇÕES INDIRETAS PREJUDICAM O PAÍS

Emir Sader

Poderia suceder de novo algo similar ao que ocorreu na saída da ditadura, quando o clamor das ruas gritava por eleições diretas pra presidente, mas não se conseguiu os 2/3 no Congresso e a eleição do primeiro civil depois de 21 anos de ditadura militar foi feita por um Colégio Eleitoral imposto pelo regime ditatorial. Para alguns, era apenas um atalho para a democracia. Mas não foi assim.

É certo que o inesperado alijamento de Tancredo do cargo para o qual tinha sido eleito favoreceu ainda mais o paradoxo de que o primeiro civil presidente do país depois da ditadura tivesse sido quem era, semanas antes, presidente do partido da ditadura e tivesse comandado o bloqueio à vitória das diretas no Congresso. Mas não é menos certo que, em eleições diretas, o eleito teria sido Ulysses Guimarães, com programa de transformações estruturais do MDB. A história teria sido muito diferente.

O governo Sarney se apoiou não nas forças democráticas que haviam protagonizado a luta contra a ditadura, mas na aliança entre o PMDB e o PFL – este vindo da ditadura –, uma mistura entre o velho e o novo, mas sob comando do velho, porque não foi o PMDB que tinha o presidente, mas era um político proveniente da ditadura.

O poderoso impulso democrático proveniente da resistência à ditadura se esvaziou rapidamente, sem que a democratização tivesse ido além do restabelecimento do regime existente antes do golpe de 1964. Não se democratizou o sistema bancário, não se democratizou a propriedade da terra, não se democratizaram os meios de comunicação. As profundas estruturas de poder herdadas da ditadura permaneceram e até se consolidaram e se estenderam, como foi o caso dos meios de comunicação, sob o comando de ACM.

Como uma das consequências das eleições indiretas e do esgotamento rápido do impulso democrático pelo governo Sarney, se frustrou a transição democrática no Brasil. Aumentou a desigualdade social, a pobreza e a miséria. A questão democrática deu lugar ao consenso neoliberal, com um filho da ditadura, como o Collor, introduzindo a temática da crítica do Estado como central, seguido pelo FHC.

A substituição das eleições diretas pela indireta foi assim responsável pela limitação do processo de transição da ditadura à democracia e, de alguma forma, pela geração das condições do período de hegemonia neoliberal no Brasil, com todas as consequências negativas que trouxe para o país.

Foi necessário que os governos neoliberais fossem derrotados para que à transição institucional se agregassem, nos governos do PT, a democratização social que o Brasil nunca havia vivido. A ditadura militar e os governos neoliberais aumentaram a desigualdade e a exclusão social. Foi com os governos do PT que se promoveu a inclusão social da grande maioria da população, que se tornaram cidadãos não apenas por votar, mas por passarem a ser sujeitos de direitos sociais.

Essa democratização social foi possível porque estava nas mãos do povo decidir que tipo de governo preferia e ele preferiu, quatro vezes, sucessivamente, o modelo de desenvolvimento econômico com distribuição de renda. A democratização social esteve estreitamente associada ao nível de democratização política que se havia conquistado.

A ruptura da democracia, por sua vez, está estreitamente associada aos retrocessos no plano social, à exclusão de grande parte da população dos direitos sociais básicos que havia conquistado. O golpe que levou Temer à Presidência e a ameaça de eleição indireta do sucessor tornam possíveis os retrocessos sociais, a quebra da democracia política, a retração da ação do Estado e a perda de soberania na política externa

Tudo isso está em jogo com a luta entre eleições diretas ou indiretas para o novo presidente do Brasil.

Emir Sader
Sociólogo
Autor do livro "O Brasil que queremos."

LEI nº 10.639/2003:

O QUE MUDOU COM RELAÇÃO AO RACISMO?

Iêda Leal da Costa
e Luís Cláudio de Oliveira

A convicção política de que a educação é chave na construção da cidadania do negro brasileiro conecta o mundo atual ao final do século XIX, no contexto do término jurídico da escravidão. Isto porque, apesar de todas as mudanças no tecido social, e ultimamente na gestão dos interesses públicos, o racismo, estruturante de todas as relações sociais, continua a determinar limites para a reversão das desigualdades socioeconômicas.

De acordo com os números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, divulgados em dezembro de 2015 pelo IBGE, os negros e pardos representavam 54% da população brasileira; no entanto, sua participação no grupo dos 10% mais pobres era muito maior: 75%. Por outro lado, a participação dos negros no grupo do 1% mais ricos não chegava a 18%.

Esses dados, como há anos vêm assinalando economistas como Marcelo Paixão, representam a tela principal de um conjunto de fatores que aprisionam a população negra na base da pirâmide social, como é o caso da educação.

Em 2015, ainda segundo a PNAD 2015, 53,2% dos estudantes pretos ou pardos de 18 a 24 anos de idade cursavam níveis de ensino anteriores ao superior, como o fundamental e o médio, enquanto apenas 29,1% dos estudantes brancos estavam nessa mesma situação.

Isso demonstra que apesar da adoção das políticas de ação afirmativa (aqui, especificamente, as cotas para negros nas universidades), o fosso que separa o acesso de brancos e negros ao ensino superior está longe ainda do que seria uma situação de equilíbrio.

Pode-se inferir, também, que esses dados são reveladores da potência do mito da democracia racial, pois, mesmo diante dessas evidências, parte muito significativa dos trabalhadores em educação, sobretudo de gestores e docentes na educação básica, ainda insiste em manter fechados os olhos para a relevância da Lei nº 10.639, de 2003.

A professora de línguas Fabia Kelli Batista Lopez, do colégio estadual de São Miguel do Araguaia, em tantos anos de existência da legislação, é uma das inúmeras vozes que admitem nunca ter desenvolvido, de modo contínuo em suas aulas, conteúdos que atendam à legislação.

Revela que falta material didático adequado na escola e que nunca participou de nenhum programa de capacitação para lidar com as diretrizes curriculares para a educação para as relações étnico-raciais.

Diz que sabe muito pouco sobre a Lei e explica o motivo: "É que nós temos que trabalhar esse conteúdo sobre a cultura africana e do afro-brasileiro na sala de aula, nós sabemos disso, mas só que ele é mais trabalhado mesmo na época da consciência negra (...) a gente não trabalha no decorrer do ano".

Classificar o racismo como crime hediondo e aprovar leis como a que está aqui em tela, ou o Estatuto da Igualdade Racial – que busca igualar as condições de oportunidades e representatividade do segmento negro na sociedade ao tempo em que instrui a defesa dos direitos étnicos individuais –, são medidas que possuem imenso significado para o antirracismo.

Contudo, ao que parece, as práticas antirracistas no ambiente escolar ainda estão a depender da iniciativa da professora negra ou do professor negro e das/os trabalhadoras/es da educação politicamente engajadas/os. Acresce a professora Fabia que, para atender efetivamente à legislação, "é necessário ter mais informações, cursos de capacitação... que a parceria com o sindicato é essencial".

Por outro lado, Noemi Medeiros, graduada em educação física, agente educacional em uma escola de periferia no vigésimo quarto núcleo da cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, nos faz crer que essa falta de material didático, bem como informação e preparo para lidar com os conteúdos pertinentes acabam por liquefazer o que, anteriormente à criação da Lei nº 10.639, de 2003, parecia tornar mais sólido o embate.

A opinião dessa servidora pública remete à desconfiança de que, sem uma estratégia eficaz pronunciada pelo Estado para a implementação da legislação, possivelmente pode estar havendo mais ocultação das tensões provocadas pelo racismo na escola, em razão do maior conhecimento de outra lei, aquela que pune por crime de racismo.

"O que eu acho mais triste é precisar existir uma lei para a gente ser respeitada. Eu acredito que nós estamos sendo mais respeitados, assim em termos de... eles olham a gente com mais cuidado. Não é que terminou o racismo, mas é que ele está cada vez mais oculto. A agressividade que se fazia... hoje eles sabendo que é crime e que a gente passa para o aluno que tem uma lei que ampara ele... (...) então, quando tu conheces uma Lei tu estás amparado (...) quando tu tens uma Lei tu mostras que não estás sozinho, que somos um grande grupo que estamos lutando por esse ideal ".

A sensibilidade da funcionária Noemi talvez esteja a oferecer pistas para avaliar que a comunidade escolar, que se vê obrigada, há mais de treze anos de sanção da Lei nº 10.639, de 2003, a realizar atividades sobre "a consciência negra" relacionando-as quase sempre exclusivamente ao período de novembro, pode estar, na realidade, reduzindo o que se encontra no "espírito" da Lei a ações pontuais, que aparentemente justificariam o seu cumprimento.

E os agentes que têm assumido a responsabilidade de definir procedimentos metodológicos e conduzir pedagogicamente as ações a eles inerentes, mesmo que parcialmente, ao invés das equipes de direção, continuam a ser as/os trabalhadoras/es em educação politicamente engajadas/os.

Nesse sentido, o que teria realmente mudado com o acréscimo feito à LDB? Teria sido tão somente o ambiente de legitimidade dentro da escola para que quem sempre foi politicamente engajada/o exija, e não apenas demande, as condições objetivas para fazer o que sempre se fez.

Iêda Leal da Costa
Educadora.

Luís Cláudio de Oliveira
Educador.

Lagolândia,

O BUCÓLICO ARRAIAL DE SANTA DICA

Fotos: Vania Montenegro

Eduardo Pereira

Não fosse por Benedita Cipriano Gomes, Lagolândia seria apenas mais um desses esquecidos arraiais do Brasil Colônia, perdido nos confins do Planalto Central.

Mas é na pracinha de Lagolândia, povoado com pouco mais de 500 almas, localizado a cerca de 43 km da sede da histórica cidade goiana de Pirenópolis, que repousam os restos mortais de Benedita, a rezadeira, a benzedeira, a mítica milagreira conhecida como Santa Dica de Goiás.

É ali que, com o respeito e a reverência da população local, porém sem pompas nem circunstâncias, o busto da notável Santa Dica compartilha o espaço com árvores frondosas, bancos onde moradores sem pressa se sentam a qualquer hora do dia, flores simples e singelas, e imagens de Nossa Senhora.

É também ali que, nos finais de semana, chegam dezenas de turistas para conhecer um pouco mais da história do povoado e da mulher que, no começo do século XX, ousou construir um embrião de sociedade socialista, marcada pela instituição do uso comum do solo, pela abolição do uso do dinheiro, pela organização de um exército e que, por fazer muitas curas, ficou conhecida como Santa Dica.

Nascida por ali mesmo, na Fazenda Mozondó, no ano de 1903, Benedita ganhou fama muito criança quando, segundo a lenda, com apenas sete anos faleceu e, depois de três dias sem ter sido enterrada porque seu corpo seguia suando frio, ressuscitou, passando o resto da vida a fazer milagres.

Essa história foi transformando Lagolândia em um centro de romarias para fervorosos roceiros que, com o tempo, chegaram a formar um exército de 15 mil protetores daquele povoado que os historiadores chamam de nova Canudos, em referência à terra de Antônio Conselheiro no sertão da Bahia, porque também em Lagolândia o carisma de Santa Dica criou uma comunidade igualitária, sem diferença de classes.

Tal como em Canudos, o Estado brasileiro decidiu perseguir a comunidade de Lagolândia que, além de um exército bem treinado, possuía, também, um inacreditável patrimônio político de 4 mil eleitores. Em 14 de outubro de 1925, a guarda do estado de Goiás atacou o povoado. Conta a lenda que as balas dos inimigos eram aparadas por anjos, deixando em pânico as forças do exército invasor.

Mesmo assim, acabaram por prender Dica, que ficou reclusa por seis meses na cidade de Goiás, à época capital do estado, de onde saiu pela pressão popular que fez o governo ceder. Depois disso, Dica acabou por influenciar a política goiana e nacional, elegeu seu marido, um jornalista carioca, prefeito de Pirenópolis, e mandou tropas para a Revolução Constitucionalista em São Paulo. Seus fiéis seguidores faziam o que ela queria e votavam em quem ela mandasse.

Dos áureos tempos messiânicos, em Lagolândia hoje resta apenas um conjunto de casas centenárias que aos poucos vão sendo compradas por pessoas de fora, que movimentam a vida e a economia local nos finais de semana. No resto do tempo, Lagolândia mantém os hábitos pacatos do início do século passado.

Com esse relativo progresso, o povoado que um dia chegou a ser município, mas que perdeu esse status pelo decréscimo populacional, ganhou até um pequeno prédio de três andares, com comércio no térreo, moradia no andar de cima, e quartos para alugar no último piso.

Hoje em Lagolândia tem escola e posto de saúde, mas, segundo os nativos, falta ocupação e emprego para a juventude, razão porque a maioria parte para estudar ou trabalhar em Pirenópolis, Goiânia, e outras cidades da região.

Os que ficam optam por uma vida simples, sem assaltos, sem crimes (o último assassinato ocorreu há mais de uma década), preparando com calma a festa do doce, recebendo poucas notícias da chamada vida civilizada e mantendo muitas das tradições de Dica, como o cuidado com a Praça Benedita Cipriano Gomes, que fica sob a responsabilidade da Associação Feminina de Lagolândia, também criada por Santa Dica.

A FESTA DO DOCE

A Festa Doce, criada por Santa Dica em homenagem ao Divino Pai Eterno, a São Benedito e a Nossa Senhora do Rosário, santos de sua devoção, continua acontecendo em Lagolândia na 3ª semana do mês de julho de cada ano.

Durante os três dias de festejos, um imperador, um rei e uma rainha, escolhidos um ano antes, acolhem os peregrinos para três dias de festejos com alvoradas, novenas, cantorias e doces, muitos doces.

Compete ao trio – imperador, rei e rainha –, organizar toda a festa, desde a escolha das frutas até a produção dos doces e a coordenação dos eventos. Segundo os organizadores, nos últimos anos a Festa do Doce foi palco para o consumo de mais de sete mil quilos de doces.

Eduardo Pereira
Produtor Cultural
@weiss_guru

MAIS
2,6 MILHÕES DE DESEMPREGADOS

Pesquisa divulgada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) na quarta-feira, 31 de maio, aponta que o Brasil tem 2,6 milhões a mais de desempregados neste primeiro trimestre em relação ao mesmo período do ano passado.

Segundo o levantamento, 14,048 milhões de pessoas estavam em busca de emprego entre fevereiro e abril de 2017. Em 2016, no mesmo período, eram 11,411 milhões, o equivalente a 2,6 milhões de novos desempregados desde que o ilegítimo Michel Temer (PMDB) chegou à presidência da República.

Os dados apontam uma agenda recessiva que afeta, principalmente, a classe trabalhadora e as reformas prometidas por Temer para agilizar a economia não dão qualquer sinal de melhora, conforme aponta a técnica do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), Adriana Marcolino.

"Não há sinais efetivos de mudança. O que temos são pontualmente alguns setores que num mês têm melhora e depois não se consolida. Além disso, as políticas do governo, seja do ponto de vista das políticas sociais, de desenvolvimento ou infraestrutura, não ajudam para a geração do emprego, ao contrário, são recessivas e mantêm o desemprego em patamares bastante elevados", disse.

CONTINUIDADE DE TEMER É CONTINUIDADE DA CRISE

Para Adriana, o cenário de instabilidade política, econômica e social que se aprofunda com a continuidade de Temer no poder, por um lado, não inspira confiança nos empresários para investir. Por outro, faz com que os trabalhadores temam por seus empregos num modelo que propõe terceirização sem limites e rebaixamento de condições dignas no emprego.

"Se havia uma pequena perspectiva de haver crescimento na economia neste ano, isso pode nem se concretizar, porque entramos de novo em outro desdobramento da crise. Isso faz com que os trabalhadores sintam grande nível de insegurança e deixem gastos que julguem desnecessários ou possam postergar para outro momento. Isso gera um clima de travamento da economia", explica.

Aliado a esses fatores, há ainda a retração do papel do Estado como movimentador do país. "As reformas da Previdência e Trabalhista, unidas aos cortes econômicos, têm impacto negativo porque o Estado é grande indutor de desenvolvimento, financiador da economia, que alavanca empregos. E a proposta do governo não é seguir nesse caminho, ao contrário, é privatizar e abrir espaço para o capital internacional, reduzindo na infraestrutura e políticas sociais", aponta.

Fonte: www.cut.org.br

CUT Brasil
FITRATELP
SINTTEL SINTPq SINTELMARKETING SINTRATELE

A LENDA DO VAQUEIRO MISTERIOSO

Diz a lenda que em todos os locais dos Brasil onde acontecem as famosas "Festas do Peão", do nada, sempre aparece um vaqueiro vestido com um velho e surrado gibão de couro. Com seu jeitão bem jeca, o vaqueiro misterioso completa o vestuário com um imenso chapéu de palha, que lhe cobre praticamente todo o rosto.

Por sua aparência de gente muito humilde, o vaqueiro nunca é levado a sério e às vezes torna-se alvo de piada entre os demais vaqueiros. Mas quando entra no picadeiro, tudo muda. Como em um passe de mágica, ele domina a montaria e vence todas as disputas.

Aclamado pelas multidões, o vaqueiro passa então a ser respeitado por seus pares, admirado pelas mulheres e convidado de honra da organização de todas as festas. Mas, surpreendentemente, o grande e genial vaqueiro recusa todas as honrarias e, assim como chegou, desaparece sem deixar nem história nem rastro.

NOTA: Para o grande folclorista brasileiro Luís da Câmara Cascudo (1898 – 1986) a lenda do vaqueiro misterioso *"é um símbolo da velha profissão heroica, sem registros e sem prêmios, contando-se as vitórias anônimas superiores às derrotas assistidas pelas serras, grotões e várzeas, testemunhas que nunca prestarão depoimento para esclarecer o fim terrível daqueles que vivem correndo atrás da morte."*

Pudim Alemão

Lúcia Resende

Hoje, basta uma busca na internet, e qualquer receita está ao alcance da mão de quem queira se aventurar no reino das delicitudes.

Mas nem sempre foi assim. Tempo houve em que a cozinha era universo sagrado, com segredos de família, muitas vezes guardados pela matriarca (sim, cozinha era reduto feminino!), e o acesso a esses segredos só era permitido a quem manifestasse o dom da culinária. Hoje, isso mudou, e mudou muito. Ainda bem!

Era comum, também, a troca de receitas entre amigas, vizinhas. Esse costume permanece forte, felizmente hoje sem limitações de gênero. Pois a receita que trazemos nesta edição da Xapuri foi aprendida numa dessas prosas boas que sempre acontecem entre amantes da boa mesa.

Tenho uma amiga que tudo que ela faz é sinônimo de delícia. Quem a conhece sabe do que falo. Ruth Gebrim França Teles, Rutinha, para os íntimos, tem mãos de fada mesmo!

Com ela tive a sorte de conviver por vários anos em uma escola. Ambas professoras, ambas apaixonadas por culinária, vez ou outra a prosa descambava pra esse lado. Pois o pudim alemão surgiu numa dessas oportunidades.

O porquê do nome ela não sabe, mas o aprendizado foi há mais de três décadas, numa ocasião em que ela foi almoçar na casa de uma tia do marido, em Belo Horizonte, a tia Zulmira. A sobremesa era exatamente o pudim alemão. Felizmente, graças ao costume que permanece e à generosidade da minha amiga, tive o privilégio de aprender também, cá em terras goianas.

A receita? É muito mais que fácil e vocês não imaginam a delícia que é! Nada de panela suja, nada de forno. É do liquidificador à geladeira, e o sabor é inigualável. Agora, chega de prosa e vamos ao que interessa!

Ingredientes

1 lata de leite condensado
1 lata de creme de leite
1 lata de leite
1 pacote de gelatina sem sabor dissolvida em ½ xícara de água

Calda

1 copo de vinho (ou suco de uva)
½ copo de água
5 (+-) colheres de açúcar
5 cravos-da-índia

Modo de fazer

Dissolva a gelatina. Em seguida, coloque todos os ingredientes no liquidificador e bata até misturar bem. Coloque numa forma de pudim e leve para gelar. Desenforme quando estiver firme (cerca de 4 horas).
Enquanto isso, faça a calda: leve ao fogo os ingredientes até que o líquido adquira uma consistência mais espessa. Esfrie e leve à geladeira. Sirva espalhando sobre o pudim desenformado e decorado (a gosto) ou sirva em vasilha à parte.

Dica

Para a calda, em lugar do vinho ou suco de uva, podem ser usadas frutas vermelhas, por exemplo, amora, morango, framboesa...

Lúcia Resende
Professora
@mluciares

14º ATL reuniu mais de quatro mil indígenas

Educação escolar indígena: permanece um desafio

Fotos: Deva Garcia

Os indígenas vivem uma situação peculiar. Os governos federal, estaduais e municipais afirmam que eles devem manter "as origens", a sua cultura. Aparentemente isso é bom, justo e importante. Por outro lado, esses mesmos governos, ao negligenciarem o acesso à educação não-indígena, a "branca", fazem com que eles sejam alijados - por falta de conhecimento - de entenderem e interferirem em projetos que lhes dizem respeito diretamente, como é o caso da demarcação de terras ou da questão da saúde dos índios, por exemplo.

Para discutir esta e outras questões, povos indígenas se reuniram, em Brasília, para os quatro dias do 14º Acampamento Terra Livre (ATL), no final de abril. Mais de quatro mil indígenas, de cerca de 200 povos de todas as regiões do país, estiveram presentes, numa grande demonstração de força do movimento indígena. Foi o maior ATL já realizado.

Educação escolar – O quadro geral da educação escolar indígena no Brasil é, regionalmente, desigual e desarticulado, com algumas experiências locais bem sucedidas. Há, ainda, muito a ser feito e construído no sentido da universalização da oferta de uma educação escolar de qualidade para os povos indígenas, adequada a seus projetos de futuro, de autonomia e capaz de garantir sua inclusão no universo dos programas governamentais que visam à satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, nos termos da Constituição de 1988.

De modo geral, não há uma formação adequada para os professores em atuação nas escolas indígenas, sejam eles índios ou não-índios, que possibilite aos mesmos a aquisição de conhecimentos para o exercício do magistério dentro de uma proposta escolar que tem por princípios a especificidade, a diferença, a interculturalidade e o bilinguismo.

De acordo com o professor Neimar Machado de Sousa, da Universidade Federal da Grande Dourados (MS) - e secretário executivo do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena - existem 26 licenciaturas indígenas em todo o país. O grande desafio, segundo ele, é a falta de regularidade desses cursos porque, cada vez que há problemas financeiros, o governo interrompe o programa que dá suporte a esses cursos. Ou seja, as licenciaturas indígenas no país ainda funcionam como projeto. "Não podemos ficar reféns dessa irregularidade do governo e do fluxo de repasse quando baixa a arrecadação", disse.

Para o cacique Agnelo Xavante, da Aldeia Imaculada Conceição, situada na área indígena São Marcos - em Barra do Garças (Mato Grosso), "os governos não cumprem a lei. Não há escolas nas aldeias, nem professores, não dão condições". Agnelo enfatiza também que muitos governos municipais não dão sequência ao trabalho realizado pelas administrações passadas. "Se muda o prefeito, e ele é de outro partido ou coligação, todo o trabalho já feito ou em andamento é interrompido".

Nas escolas indígenas Xavantes, todos os professores e profissionais envolvidos são indígenas, e devem receber formação pedagógica apropriada e de forma continuada. O interessante é que é uma escola bilíngue (leitura e escrita em Português-Xavante).

"Tsawidi Ahodia" (grande amigo) Agnelo Xavante

"O índio é discriminado por manter a sua cultura original. Ao mesmo tempo em que cobra do poder público mais investimento em educação, os governos negam dizendo que eles precisam manter a cultura original. É fundamental manter a cultura, mas também é necessário ter o conhecimento da cultura do não-índio. É fundamental que tenhamos também no currículo do não-índio algo sobre a cultura indígena", pontua Agnelo Xavante.

Ele destaca que o governo e a sociedade branca precisam entender que os povos indígenas são diferenciados. "Língua estrangeira, para nós, é a língua portuguesa. Precisamos preservar a nossa

língua mãe, a nativa, e também aprender e saber nos expressar sem problemas na língua portuguesa. Mas querem que mantenhamos apenas a nossa língua. Como podemos fazer qualquer coisa no país, nos defender, se não sabemos ou entendemos corretamente o Português?"

O documento final do acampamento reafirma "que não admitiremos as violências, retrocessos e ameaças perpetrados pelo Estado brasileiro e pelas oligarquias econômicas contra nossas vidas e nossos direitos, assim como conclamamos toda a sociedade brasileira e a comunidade internacional a se unir à luta dos povos originários pela defesa dos territórios tradicionais e da mãe natureza, pelo bem estar de todas as formas de vida".

Por isso mesmo, Agnelo Xavante fez um convite aos diretores do Sinpro e aos professores do Distrito Federal: "Wa atsô ih"or"o dza'ra wa'wa jama rowouhu'u nori hã, wah"oimana dzé ha waihu'u dza'ra aba da. Amori wa'wa hã, watsiwaihu". Traduzindo: "Professores, convido vocês a conhecerem a nossa cultura. Vocês são nossos amigos".

SINPRO DF Filiado: CUT CNTE ® 38 anos
SINDICATO DOS PROFESSORES NO DISTRITO FEDERAL
www.sinprodf.org.br | facebook.com/sinprodf

Santo Antônio, São João, São Pedro

Viva as festas juninas!

Zezé Weiss

No Brasil, não tem inverno sem festa junina. Essa é uma tradição que chegou com os portugueses, desde os anos 1.500.

Na Europa, as festas juninas já existiam bem antes do calendário gregoriano, iniciado pelo papa Gregório XIII (1582-1585). Ou seja, também na Europa, desde tempos muito antigos já se realizavam as festas juninas. No início, eram festas pagãs associadas aos plantios no campo, organizadas para celebrar as boas colheitas.

Embora as datas dos festejos variem entre as mais diferentes culturas, no Norte da Europa, as celebrações coincidem com o solstício de verão, com temperaturas mais amenas, e na América do Sul com o solstício de inverno, também com o tempo mais frio.

No Brasil, com o tempo, o calendário se associou a três santos da fé cristã venerados no mês de junho: Santo Antônio, 13; São João, 24; e São Pedro, 29. As festas juninas ocorrem por todo o país, mas é na região Nordeste que acontecem as maiores celebrações.

Não há cidade, povoado ou mesmo grupo de famílias nordestinas que não celebre o seu "São João", com hasteamento das bandeiras dos santos, quermesses, pé-de-moleque, pamonha, quentão, correio-elegante, paus-de-sebo, fogueiras e danças de quadrilha, que terminam sempre com o famoso "casamento na roça".

Zezé Weiss
Jornalista
Socioambiental
@zezeweiss

SINPREFOR

SEIS MESES DE LUTAS E CONQUISTAS COLETIVAS

Ao completar os primeiros seis meses de nossa gestão 2017-2019, nós, da 12ª diretoria do Sinprefor (fundado em 28 de dezembro de 1988, para organizar os servidores e defender seus direitos), compartilhamos os primeiros resultados de nossas lutas e conquistas coletivas no primeiro semestre de 2017:

1. Retorno de vários servidores que estavam desfiliados do Sinprefor;
2. Filiação de vários servidores que nunca foram filiados ao Sinprefor;
3. Construção da Pauta trabalhista em Assembleia;
4. Conquista de 04 vagas de Conselheiros Titulares no Conselho da Previdência Municipal de Formosa;
5. Conquista de 04 vagas de suplentes no Conselho da Previdência Municipal de Formosa;
6. Conquista do 1º ponto da Pauta Trabalhista (pagamento do Reajuste Anual/Data Base de todos os servidores ativos e inativos);
7. Conquista do local para ponto de apoio da Guarda Municipal na Rodoviária de Formosa, em caráter provisório, até a construção (em andamento) da minibase para os guardas municipais que dão plantão diurno e noturno no local, com banheiro para uso exclusivo dos servidores da GM;
8. Retorno da Insalubridade do mês de abril, retirada pelo Governo de Formosa sem aviso prévio e sem laudo técnico;
9. Revitalização do Clube Social do Sinprefor;
10. Carnaval do Sinprefor no Clube da Categoria;
11. Comemoração do 1º de Maio no Clube Social do Sinprefor;
12. 1º Arraiá do Sinprefor (24/06);
13. Retorno do repouso aos servidores da limpeza do Hospital Municipal de Formosa, em espaço modificado e com melhores condições para os trabalhadores;
13. Continuidade do departamento jurídico, com mais de 300 processos em andamento e novos processos sendo protocolados na justiça nesse ano de 2017.

SERVIDOR, SERVIDORA,
GRATIDÃO POR SUA CONFIANÇA E PARCERIA!

Suyenne Borges da Fonseca – Presidente; **Darcy Francisco M. Júnior** (Vice-Presidente; **Valeria de Paiva Oliveira** – Secretaria Geral; **Rosimeire Alves de Assis** – Secretária de Finanças; **Tânia Maria Alves** – Suplente de Finanças; **Mara Cristina A.R. Muniz** – Secretária de Assuntos Jurídicos; **Washington Fernandes da Silva** – Secretário de Promoção Social; **Cristiane Comando** – Secretária de Comunicação; **Ricardo André Silva de Souza** – Secretária de Lazer; **Francisco Luzies Martins, Maria Izabel Gramacho, Miguel Soares Filho, Jesus de Nazaré, Adilson Luiz de Sousa – Suplentes; Wagner Gomes de Melo, Jordana Dornelas de Faria Lima, Jô – Conselho Fiscal; Cristiano Alves de Freitas, Juarez José Torres, Ana Paula Ferreira** – Suplentes.

CUT SINPREFOR
SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE FORMOSA

ELZA SOARES

A VOZ ROUCA DO MORRO AINDA ENCANTA

Jaime Sautchuk

Naquele tempo, os programas de auditório ainda eram no rádio e os animadores, em geral, tinham alto gabarito cultural. Um deles era o compositor Ary Barroso ("Aquarela do Brasil"), que apresentava o "Calouros em Desfile", na Rádio Tupy do Rio de Janeiro. Tinha enorme audiência.

Corria o ano de 1952. Numa bela tarde de domingo, uma menina de uns 15 anos se candidatou pra cantar. Toda desgrenhada, malvestida, cabelos revoltos, despenteados, provocou risos da plateia. Ary entrou no clima e, em tom irônico, perguntou à candidata:

- De que planeta você é, minha jovem?

Ela respondeu:

- Do mesmo que o do senhor, seu Ary...

- E que planeta é o meu?, insistiu o apresentador.

E ela, de pronto, respondeu:

- Do planeta fome, seu Ary!

A plateia silenciou e o animador, agora em tom sério, pediu que ela cantasse. Já nos primeiros acordes, a música escolhida parecia ter sido encomendada pra voz estridente e rouca da menina. E o auditório aplaudiu de pé.

A música era "Lama", de Aylce Chaves e Paulo Marques, que na época fazia sucesso na voz de Linda Rodrigues e depois foi regravada por outras grandes intérpretes, como Clara Nunes e Maria Bethânia. Mas ficou marcada mesmo, na história da música brasileira, como a composição que deu início à carreira de Elza da Conceição Soares, ou Elza Soares, como todos a conhecem, 80 anos (23 de junho), ainda fazendo shows mundo afora.

NO EXTERIOR

Sua voz inconfundível e composições fortes são marcas de uma carreira que perpassa todas as fases da música canarinha desde a década de 1950. Embora identificada com samba autêntico dos morros cariocas, seu primeiro sucesso foi "Se acaso Você Chegasse", de Lupicínio Rodrigues e Felisberto Martins, em disco gravado pela Odeon, em 1960.

Sem conhecer nada do que se produzia nos meios musicais dos Estados Unidos, seu estilo sincopado, um balanço muito próprio dela, e a impostação da voz tinham algo que a identificava com o jazz. Isto a aproximou da Bossa-Nova, gênero musical brasileiro marcante naquele período. Tanto que seu segundo disco, lançado em 1961, tem o nome de "A Bossa Negra", em que ela esbanja vocalizações que imitam instrumentos musicais, em solfejos sem letras.

No ano seguinte, Elza Soares fez parte da comitiva de artistas brasileiros que representaram o País na Copa do Mundo de Futebol do Chile, em que o Brasil foi campeão. Lá, ela conheceu pessoalmente Louis Armstrong, o símbolo maior do jazz, mas foi ele quem se disse encantado com a intérprete tupiniquim. "Queria levá-la embora pros Estados Unidos, mas ela não quer ir", disse ele, segundo registros da mídia, na época.

O fato é que, a partir dali, seu trabalho passou a ser admirado no mundo inteiro. Este prestígio foi confirmado quatro décadas depois, quando a respeitada BBC de Londres a classificou como "A Cantora do Milênio", em programa especial que marcou a entrada do ano 2000. Coroava, assim, uma carreira de presença permanente nos meios musicais, mas que ainda teria muito caminho pela frente.

Seu último disco foi lançado em 2015, com músicas inéditas, compostas por José Miguel Wisnik, Rômulo Fróes e Celso Sim, com arranjos primorosos, bem ao seu estilo, e o título de "A Mulher do Fim do Mundo". As letras falam de temas que Elza sempre valorizou, como racismo, negritude, violência doméstica e sexualidade. Muito premiado e elogiado pela crítica, esse álbum serve de lastro a novas apresentações da cantora no Brasil e no exterior.

Em 2016, Elza participou da abertura dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, interpretando "O Canto de Ossanha", clássico de Baden Powel e Vinícius de Morais, de 1966. E no momento faz nova revoada de apresentações em vários estados e no exterior, alguns deles em Portugal.

GUERREIRA

Sempre sorridente, bem-disposta, vestindo trajes elegantes, coloridos e brilhantes, Elza Soares tem uma vida repleta de sucessos, mas com muitos dissabores também. Em qualquer situação, contudo, ela é a mesma guerreira, valorizando sua arte.

Ela nasceu na favela de Moça Bonita, em Padre Miguel, hoje Vila Vintém, subúrbio do Rio de Janeiro. Seu pai era operário da construção civil e sua mãe lavadeira de roupas dos outros, que enfrentavam dificuldades pra criar os seis filhos que puseram no mundo.

Mesmo assim, Elza estudava e brincava com as pipas e piões da meninada pobre e brigava até com os meninos, de igual pra igual. Mas cantar fazia parte daquela vida. "Eu cantava feito uma cigarra, o tempo todo", relembra ela, sempre que fala daqueles tempos. Mas a infância foi interrompida aos 12 anos, quando seu pai a obrigou a se casar com Lourdes Antônio Soares e ela engravidou e teve um filho um ano depois. Mas a criança morreu logo em seguida.

Ela engravidou novamente e teve outro filho, que era bebê quando ela se apresentou no programa de Ary Barroso, contra a vontade do marido e do pai. O dinheiro que ganhou por cantar no programa ela gastou com remédios pro menino, também muito frágil e doentio, mas ele não resistiu.

Com o marido muito doente, vítima de uma tuberculose quase crônica, ela era forçada a trabalhar fora. Passou vários anos como faxineira, lavadeira e operária de uma fábrica de sabão e encarando uma gravidez atrás da outra. De modo que, quando ele morreu, ela estava com 21 anos e tinha cinco filhos pra criar. No entanto, seguiu em frente.

As oportunidades na música foram surgindo naturalmente, graças a seu talento nato. Após passar pelo crivo da academia do professor Joaquim Negli, foi contratada pela Orquestra de Bailes Garan, o que fez com se tornasse conhecida, inserida no mercado, digamos. E logo passou a fazer parte dos quadros permanentes do Teatro João Caetano, a coqueluche de então.

Em 1958, Elza fez longa temporada na Argentina, no musical "Jou-Jou-Frou-Frou", que rodou o país por mais de seis meses. De volta ao Brasil, o compositor Moreira da Silva a levou pra Rádio Tupy, onde ela conheceu Sílvia Teles e Aloysio de Oliveira, que viabilizaram a gravação de seu primeiro disco, amplificando os horizontes de sua carreira.

GARRINCHA

Durante a Copa do Chile, Elza foi o maior destaque entre os artistas brasileiros que lá se apresentaram. Mas no campo, no trato com a bola, o grande destaque foi Manoel Francisco dos Santos, o Mané Garrincha, a "alegria do povo", como diziam os narradores esportivos, especialmente após a contusão que tirou Pelé dos gramados.

Coincidência ou não, aquele evento esportivo é apontado por biógrafos como o momento em que os dois, Elza e Garrincha, iniciaram pra valer um relacionamento amoroso prolongado. Em verdade, eles se conheceram um pouco antes, ainda nos preparativos da Copa, mas foi ali que ficou explícito.

No começo, foi tumultuado e sofrido, principalmente por conta do preconceito da mídia, que a acusava de estar destruindo o casamento do grande craque. Ele era casado com Nair dos Santos, sua amiga de infância, e com ela teve oito filhos. Um casamento sólido, segundo se dizia. Elza chegou a ser bastante hostilizada em público por essa razão.

Garrincha separou-se de Nair e passou a viver com Elza, o que era um escândalo, já que a legislação de então não contemplava uma nova união legal. No entanto, em 1966, eles se aproveitaram de uma brecha na lei e se casaram formalmente na embaixada da Bolívia, e viveram juntos até 1982, um ano antes da morte do craque.

Com apoio da opinião pública, que se ajustou aos novos tempos, formaram um casal muito feliz, admirado. Viveram dois anos na Itália, que serviu de base a dezenas de apresentações da cantora por países europeus.

Na volta ao Brasil, em 1972, Elza foi a atração do Carnaval da Bahia, arrastando uma multidão atrás do trio-elétrico em que desfilou e exaltou a figura de seu companheiro.

Contudo, Garrincha se embrenhou no alcoolismo e entrou em decadência como esportista. Nesse período, Elza chegou a pedir a donos de bares conhecidos que não vendessem bebida a ele, mas em vão.

Assim, por força das circunstâncias, ela se contrapunha a uma de suas composições mais famosas, dentre as cerca de uma centena que compôs, sozinha ou em parceria com alguém. É a música "Eu Bebo Sim", cujo refrão diz "Eu bebo sim/Estou vivendo/Tem gente que não bebe/E está morrendo".

ECLETISMO

O ecletismo é uma marca registrada da carreira de Elza Soares. Ele sempre se relacionou com o que de melhor havia em cada fase de sua carreira. Já gravou músicas dos autores mais diversos e participou de espetáculos ou programas de TV com gente dos mais variados matizes, do samba ao rock, rap ou forró.

E que continue assim por muitos e muitos anos ainda.

Jornalista. Escritor

A CPI DA FUNAI/INCRA

e a criminalização das lideranças e organizações do movimento social

Lucélia Saraiva Aguiar

A aprovação do relatório final da CPI da Funai/Incra, em 30 de maio, pela Câmara dos Deputados, com a recomendação de indiciamento de quase uma centena de lideranças indígenas, quilombolas, e dos movimentos sociais, representa um esforço escancarado de desmobilização e destruição das entidades da sociedade civil pelo mais torpe dos métodos, a criminalização da participação popular.

Busca-se atacar e marginalizar as atividades das organizações não governamentais, em particular as que apoiam as lutas dos povos e comunidades tradicionais na defesa da posse de terra e do meio ambiente, não obstante o direito à organização e a participação popular estarem assegurados pela Constituição Federal de 1988. Trata-se, segundo nota do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), "de uma CPI criada, conduzida e relatada por ruralistas para atender os interesses ruralistas e atacar os povos e aliados junto à sociedade brasileira".

A aprovação do relatório acontece "num contexto de perseguição política, ataque deliberado contra os marcos constitucionais, tentativa de retorno ao escravagismo no campo e venda do território brasileiro para estrangeiros por parte dos ruralistas", diz o Cimi, que chama, ainda, a atenção para o fato de que o relatório recomenda, ao Poder Executivo, a extinção da Funai e mudança nos procedimentos de demarcação das terras indígenas e quilombolas, reforçando o ranço colonialista que acentua o preconceito sobre os povos originários e sobre todos os excluídos de nosso país.

Paralelo ao ataque frontal contra as lideranças dos movimentos supracitados, cada vez mais acontecem as tentativas de cercear as atividades das organizações do Terceiro Setor, sobretudo sua participação nas instâncias bipartites de monitoramento e controle das políticas públicas. Argumenta-se que o crescimento do Terceiro Setor, sobretudo nos anos 2000, se deu pela contribuição de recursos financeiros oriundos da doação dos países desenvolvidos, inviabilizando, portanto, o controle das autoridades brasileiras e facilitando a corrupção.

Não resta dúvida de que, como é de conhecimento através da mídia, algumas instituições que fazem parte do Terceiro Setor estejam envolvidas em escândalos de corrupção, mas com certeza elas não representam a grande maioria das entidades compromissadas que atuam onde o Estado não consegue operar sem a participação da sociedade civil organizada. Portanto, uma vez que o Terceiro Setor contribui de forma efetiva para as políticas públicas de tutela do meio ambiente e da defesa dos direitos humanos, devia-se, ao invés de criminalizar esses atores sociais indistintamente, estabelecer os adequados mecanismos de financiamento e controle para maximizar os seus resultados.

E, embora não exista no Brasil uma lei federal específica regulamentando o Terceiro Setor, há a Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, a Lei das OSCIPs (Lei nº 9.790/99), que foi um progresso para o fortalecimento do Terceiro Setor e que está fortalecendo a participação da sociedade civil organizada como ator nas formulações, execução e implementação de políticas públicas, além da participação em debates e pressão que atualmente exerce sobre os demais setores. Mesmo assim, busca-se, agora, criminalizar as ações de um movimento social que vêm se organizando ao longo de séculos.

No que tange ao meio ambiente, as Constituições brasileiras anteriores à de 1988 não tinham preocupação com a proteção ambiental de forma específica e global, além de não usarem a expressão meio ambiente. O constituinte reportava-se a alguns bens ambientais como a água, florestas, minérios, caça, pesca. Vale ressaltar que, a partir da Constituição brasileira de 1934, todas se preocuparam com a proteção do patrimônio histórico, cultural e paisagístico do País.

Foi somente com a Carta Republicana de 1988, em seu Art. 225, § 3º, que o legislador constitucional passou a tratar especificamente da tutela jurídica do meio ambiente, tornando-se este um dos maiores avanços da Constituição. A tutela ambiental tornou-se tão importante que a defesa do meio ambiente passou a ser um dos princípios que regem a ordem econômica, e a importância da participação da sociedade civil por meio dos movimentos sociais e ambientais é amplamente reconhecida pelos governos de todo o planeta.

A Constituição Cidadã, em seu Art. 1º, inciso II, aponta a cidadania como um dos fundamentos da organização do Estado Democrático brasileiro. Ainda assim, as organizações não governamentais não são valorizadas por nossa sociedade, mesmo quando estudos mostram que as associações, cooperativas, sindicatos e ONGs, em atuação independente ou em parcerias com outras entidades, governos e empresas, conseguem, em forma flexível e abrangente, produzir excelentes resultados quando participam das políticas públicas.

É necessário, portanto, defender os movimentos sociais em processos de atividades políticas, assegurando seu acesso aos direitos fundamentais básicos, fortalecendo sua militância nas ações de organização e participação popular. Essa é a alternativa que temos em face da realidade de retrocessos por parte das forças reacionárias que se manifestam com agressões aos avanços sociais democráticos e participativos estabelecidos pela sociedade civil organizada.

É neste contexto que os movimentos sociais vêm atuando para combater o retrocesso e seguir avançando rumo a uma sociedade justa e igualitária, com uma sociedade civil mais e melhor organizada para uma atuação mais democrática, representativa, autônoma e participativa. Vale ressaltar que a liberdade de expressão, da livre manifestação, são direitos constitucionais de suma importância para o avanço de toda a sociedade.

Lucélia Saraiva Aguiar – Advogada. Ativista Ambiental. Presidenta da Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra no DF e Entorno, do Sindicato dos Bancários de Brasília.

O SINTEGO SOMOS NÓS, NOSSA FORÇA E NOSSA VOZ

Bia de Lima é reeleita presidenta do Sintego com 70% dos votos

Passavam poucos minutos das 19 horas do sábado, dia 3 de junho, quando a presidenta Bia de Lima, fez sua primeira manifestação sobre a eleição da nova diretoria do Sintego, que também a reelegeu presidenta para o período 2017–2021:

"Meu agradecimento a cada um e cada uma de vocês por esta vitória extraordinária, por esta conquista importantíssima não só para o Sintego, mas também pra você do interior, da capital. Eu venho aqui agradecer de coração cada voto, do aposentado, do administrativo, do professor, da professora. O meu muito obrigada pela vitória, gente!"

Bia de Lima tem muitas razões para comemorar. A chapa "O Sintego somos Nós, nossa Força e nossa Voz", encabeçada por ela, recebeu 11.233 dos 16 mil votos válidos, ou seja, 70% dos filiados e filiadas do Sintego que participaram do processo eleitoral aprovaram sua gestão e a referendaram para um segundo mandato na disputa pela direção do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás.

A gestão de Bia obteve ainda expressivas vitórias nas 36 regionais do Sintego, que também votaram em seus dirigentes regionais. Já a Chapa 2, "Unidade, Democracia e Transparência", liderada pelo professor Arquidones Bites, obteve 4.775 votos.

ELEIÇÃO PARTICIPATIVA

O processo eleitoral foi coordenado por uma Comissão Eleitoral Central, presidida por Estela Mares Stival. Segundo a Comissão Eleitoral, as eleições de 2017 representaram um avanço importante na participação dos filiados e filiadas do Sintego, com destaque especial para o engajamento da categoria em Goiânia, o maior colégio eleitoral do estado.

"Nas eleições deste ano, foi definido que o processo eleitoral seria feito com urnas itinerantes em todas as cidades do estado. Felizmente tivemos uma participação maior dos sindicalizados neste pleito. Para se ter uma ideia, nas últimas eleições do Sintego, em Goiânia foram registrados 1.612 votos, já neste ano 2.044 pessoas votaram, um crescimento de mais de 30%", afirmou a presidenta da Comissão Eleitoral, Estela Mares Stival.

Ao todo foram distribuídas 900 urnas nas unidades de educação e regionais. Para votar, o trabalhador em Educação apresentou documento oficial de identificação com foto. Puderam votar todos os filiados e filiadas que estavam em dia com suas obrigações sindicais e que estavam sindicalizados até a data de 1º de abril de 2017. Segundo a Comissão Eleitoral, os critérios foram estabelecidos para assegurar a equidade, a transparência e a lisura do processo.

CHAMADO À UNIDADE

Tão logo foram anunciados os resultados da eleição, Bia de Lima complementou seu agradecimento inicial com um discurso mais longo e de chamado à continuidade da luta e à unidade da categoria.

"Estou muito feliz, pois nossa vitória foi pautada por proposta e trabalho, por lutas e resultados, que é o que nossa categoria espera do nosso Sindicato. Vim pra Goiânia para somar, para fortalecer, e esses são verbos que não se pronunciam sozinhos, que só fazem sentido na luta coletiva.

Nosso histórico de compromisso e participação nas lutas, conquistas e defesas dos direitos dos professores, aposentados e administrativos nos deram essa vitória. O resultado desta eleição é o reflexo do sentimento de dever cumprido, onde a base entendeu o nosso recado, as nossas propostas, e está disposta a continuar lutando juntamente conosco por mais conquistas para a categoria.

Agora, está encerrado o tempo da disputa eleitoral. Agora, o tempo é de unidade. Precisamos estar todos juntos para fortalecer a nossa luta. O Sintego somos todos e todas nós, nossa força e nossa voz", completou.

DIRETORIA EXECUTIVA ELEITA

Presidência: MARIA EUZÉBIA DE LIMA (BIA)
Vice-Presidência: ROBERTO BORGES DE OLIVEIRA
Secretaria-Geral: LUDMYLLA DA SILVA MORAIS
Tesouraria-Geral: IÊDA LEAL DE SOUZA
1ª Tesouraria: ANA LUIZA LIMA DE SENA
Secretaria de Imprensa e Divulgação: NAPOLEÃO BATISTA FERREIRA DA COSTA
Secretaria para Assuntos Educacionais e Culturais: MÁRCIA PEREIRA MELO
Secretaria de Formação: MEIBB DE SOUZA SANTOS FREITAS
Secretaria de Políticas Sociais: DELMO DA SILVA
Secretaria para Ass. do Pessoal Administrativo: SUELY CORREIA SALES COUTINHO
Secretaria de Organização do Interior: LUCIENY ALVES DOS SANTOS
Secretaria para Assuntos Jurídicos e Administrativos: MARCOS PEDRO DA SILVA
Secretaria de Aposentados: ELISABETH MACHADO DE MORAIS
Secretaria de Igualdade Racial: ROSEANE RAMOS S. DOS SANTOS
Secretaria da Mulher: MARTA MARIA MARCELINA DA CRUZ
Secretaria da Juventude: ADÍLIO SILVA SANTOS
Secretaria da Saúde do Trabalhador: MARIA FERREIRA RIBEIRO
Secretaria da Diversidade Sexual: JALMERINDA DE FÁTIMA NUNES
Diretores (as): MÁRCIA SILVA TOLEDO MOREIRA – MARLENE GONÇALVES BEZERRA – ROSIMEIRE FURTADO DA SILVA – MARIA MARGARETH PINHEIRO E SILVA – LEISE MIRIAN ANDRADE LENZA ROSA – LILIAN JAQUELINE DE OLIVEIRA SOUZA RIBEIRO – SÔNIA MARIA MATEUS DE BARROS.

SINTEGO
GENTE QUE TRABALHA A EDUCAÇÃO
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE GOIÁS
filiado à
CUT BRASIL CNTE

NO BRASIL DE HOJE, FALTA BOA VONTADE

Leonardo Boff

Na sociedade brasileira atual grassa uma onda de ódio, raiva e dilaceração que raramente tivemos em nossa história. Chegamos a um ponto em que a má vontade generalizada impede qualquer convergência em função de uma saída da avassaladora crise que afeta toda a sociedade.

Immanuel Kant (1724-1804), o mais rigoroso pensador da ética no Ocidente moderno, fez uma afirmação de grandes consequências, em sua Fundamentação para uma metafísica dos costumes (1785): "Não é possível se pensar algo que, em qualquer lugar no mundo e mesmo fora dele, possa ser tido irrestritamente como bom senão a boa vontade (der gute Wille)".

Kant reconhece que qualquer projeto ético possui defeitos. Entretanto, todos os projetos possuem algo comum que é sem defeito: a boa vontade. Traduzindo seu difícil linguajar: a boa vontade é o único bem que é somente bom e ao qual não cabe nenhuma restrição. A boa vontade ou é só boa ou não é boa vontade.

O Brasil reproduz, em miniatura, a dramaticidade mundial. A chaga social produzida em quinhentos anos de descaso com a coisa do povo significa uma sangria desatada. Nossas elites nunca pensaram uma solução para o Brasil como um todo, mas somente para si. Estão mais empenhadas em defender seus privilégios que garantir direitos para todos.

Está aqui a razão do golpe parlamentar que foi sustentado pelas elites opulentas que querem continuar com seu nível absurdo de acumulação, especialmente, o sistema financeiro e os bancos cujos lucros são inacreditáveis. Contrariamente ao povo brasileiro, que historicamente mostrou imensa boa vontade, estas oligarquias se negam saldar a hipoteca de boa vontade que devem ao país.

Se a boa vontade é assim tão decisiva, então urge suscitá-la em todos. Em momento de risco, no caso do barco-Brasil afundando, todos, até os corruptores se sentem obrigados a ajudar com o que lhes resta de boa vontade. Já não contam as diferenças partidárias, mas o destino comum da nação que não pode cair na categoria de um país falido.

Em todos vigora um capital inestimável de boa vontade que pertence à nossa natureza de seres sociais. Se cada um, de fato, quisesse que o Brasil desse certo, com a boa vontade de todos, ele seguramente daria certo.

Leonardo Boff
Filósofo, Teólogo, Escritor.

ZILDA ARNS NEUMANN:

SEMEADORA DE SABERES, MULTIPLICADORA DE SOLIDARIEDADES

"É preciso educar para a esperança".
"A paz é uma conquista coletiva. Tem lugar quando encorajamos as pessoas, quando promovemos os valores culturais e éticos, as atitudes e práticas da busca do bem comum."

Iêda Vilas-Bôas

Zilda Arns Neumann nasceu em Forquilhinha-SC, em 25 de agosto de 1934, e faleceu, cumprindo sua missão de ajudar ao próximo, em Porto Príncipe, no Haiti, em 12 de janeiro de 2010. Era a 13ª filha, de um total de 16 filhos, do casal brasileiro de origem alemã, Gabriel Arns e Helene Steiner.

As primeiras lições de partilha, solidariedade e amor ao próximo, Zilda aprendeu em casa. Casou-se, em 1959, com Aloísio Bruno Neumann (1931–1978), e com ele teve seis filhos: Marcelo (falecido três dias após o parto), Rubens, Nelson, Heloísa, Rogério e Sílvia (falecida em 2003). Zilda Arns foi avó de muitos netos.

Zilda, a irmã de Dom Paulo Evaristo Arns, tornou-se grande por ser fundadora e coordenadora internacional da Pastoral da Criança e da Pastoral da Pessoa Idosa, organismos de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Por seu trabalho comunitário e solidário é que lhe devemos todas as homenagens, recebidas em vida e post-mortem. Como profissão, escolheu a medicina: foi uma pediatra e sanitarista brasileira.

Formou-se em medicina pela UFPR, em 1959, e já no início de sua profissão vislumbrou que tinha por missão socorrer o seu povo sofrido. À época, o índice de mortalidade infantil era altíssimo no Brasil, crianças eram ceifadas em tenra idade por falta de alimentação e por doenças decorrentes da vivência em extrema pobreza e desinformação. Outras mazelas afligiam as crianças e eram igualmente perigosas: a desnutrição e a violência familiar e comunitária. Dra. Zilda percebeu que muito havia por fazer.

Assim, compreendendo que somente através da educação e do trabalho humanitário é que poderia combater a maior parte das doenças de fácil prevenção e a marginalidade imposta às crianças, desenvolveu um método criativo, de fácil aplicação para a multiplicação do conhecimento e da solidariedade entre as famílias mais pobres.

Zilda, por ser católica, baseava-se no milagre bíblico da multiplicação dos dois peixes e cinco pães que saciaram cinco mil pessoas, como narra o Evangelho. E a exemplo de seu mestre Jesus Cristo, passou a nutrir esperanças através da educação alimentar.

Criou a Multi-Mistura e de certa forma foi a criadora dos agentes de saúde, pois capacitou pessoas para pesar, ensinar a preparar a Multi-Mistura, e também para que acompanhassem o desenvolvimento das crianças.

Sua proposta de trabalho com as crianças subnutridas se espalhou pelo Brasil e correu mundo. Em 1980 foi convidada pelo Governo do Estado do Paraná para coordenar a campanha de vacinação Sabin de forma a conter a primeira epidemia de poliomielite, que havia começado no Estado.

Uma vez mais, Dra. Zilda Arns colocou a criatividade e os bons sentimentos em prática e criou um método próprio, depois adotado pelo Ministério da Saúde. Somando várias funções, ainda dividia seu tempo como como membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).

Assim, realizando trabalhos em prol das comunidades de risco, no mesmo ano, foi também convidada a dirigir o Departamento Materno-Infantil da Secretaria da Saúde do Paraná, onde instituiu com extraordinário sucesso os programas de planejamento familiar, prevenção do câncer ginecológico, saúde escolar e aleitamento materno. Precursora e humanitária mulher!

Em 1983, a pedido da CNBB, criou a Pastoral da Criança e deu início às inúmeras experiências de sucesso tendo por público-alvo crianças menores de seis anos e famílias pobres em 4.060 municípios brasileiros, gerando ao seu redor uma legião de voluntários que esparramaram solidariedade, conhecimento, amor e esperança, atuando em áreas da saúde, nutrição, educação e cidadania. Sobretudo, levava para os excluídos a esperança de que eles poderiam mudar de vida e serem protagonistas de sua própria transformação social.

Seu método inovador, que consistia em multiplicar o saber e a solidariedade, era composto por três instrumentos estratégicos utilizados a cada mês: Visita domiciliar às famílias, Dia do Peso, também chamado de Dia da Celebração da Vida, e Reunião Mensal para Avaliação e Reflexão das mudanças geradas. Zilda seguia a vida nesse círculo itinerante de amor, esperança e solidariedade.

Encontrava-se em Porto Príncipe, no Haiti, em missão humanitária, para introduzir a Pastoral da Criança no país. No dia 12 de janeiro, proferia palestra para 150 pessoas, dentre elas 15 religiosos de Cuba, cujo país havia sido atingido por um violento terremoto. No momento de seu discurso aconteceu uma catástrofe. As paredes da igreja desabaram. O Haiti também acabava de ser vítima de um terremoto. Zilda foi vítima fatal, em pleno vigor de seus 75 anos.

Seu discurso ficou inacabado, ou talvez Zilda Arns continue a bradar pelo infinito sobre a importância de cuidar das crianças "como um bem sagrado", promovendo o respeito a seus direitos e protegendo-as, "tal qual os pássaros cuidam dos seus filhotes".

Iêda Vilas-Boas
Escritora

BRANCO PENSA QUE ÍNDIO NÃO É GENTE, QUE É IGUAL PASSARINHO...

Domingos Bueno

"Os brancos pensam que índio é igual passarinho: tá lá no mato vivendo livre, solto... É só disso que precisam..." Dessa forma, uma liderança Kayngang começou sua fala durante um encontro recente em Curitiba (PR), para discutir visibilidade e violência contra indígenas; isso revela algo sobre o que eu já refletia acerca dessa relação ambígua que estabelecemos com as sociedades tradicionais.

Desde a invasão colonizadora das Américas até hoje, os indígenas ocupam um lugar difuso e liminar tanto no imaginário popular como nas políticas oficiais. No período chamado Descobrimento, oscilavam entre ingênuos desconhecedores do pecado, vivendo em estado de graça no paraíso Adâmico, e bárbaros selvagens (bárbaros, porque etimologicamente eram estrangeiros que falavam uma língua diferente; e selvagens, porque viviam na selva), que praticavam canibalismo; uma gente sem fé, sem lei e sem rei que dá pra traduzir por herege, sem religião e igualitária, ou seja, os indígenas lutavam contra todos os valores e práticas de dominação que as sociedades "civilizadas" (domesticadas) utilizavam.

Após 500 anos de conquista, extermínio e lutas constantes contra a inescrupulosidade colonial, na busca pela obtenção de braços escravos para trabalhar para o reino, e contra os descimentos amansadores dos sábios religiosos cristãos, até as empreitadas ambíguas de Rondon, objetivando a integração dos indígenas ao cenário nacional (inclusive com os mirabolantes projetos de escoamento e povoamento da Amazônia), ainda não temos clareza, ou mesmo consciência, da forma mais apropriada e correta de, politicamente, concebê-los.

A enorme violência sofrida pelos povos originários, expressa nos relatos de degolas, torturas e assassinatos de sociedades inteiras, revela a negação do lugar que historicamente lhes cabe como nações livres e soberanas, na direção de reflexões que o Instituto Socioambiental (ISA) já produziu, apontando a necessidade de tratamento diplomático com essas sociedades, respeitando-as como nações que deveriam produzir reflexões sobre sua convivência. Nessa relação, propõe-se que as ações sejam baseadas não apenas no respeito mútuo, mas no reconhecimento dessa soberania.

As falas do encontro apontaram na direção das reflexões dos índios, nesse caso da região Sul, sobre a percepção de seu papel na sociedade não índia e sobre as formas de interação que creem desejáveis ou possíveis nesse cenário de lutas e embates que, se hoje nem sempre são sangrentos ou explícitos, são igualmente cruéis.

Entretanto, o contato violento dizimou milhares de vidas ao longo dos séculos, mas não foi capaz de exterminar suas teimosas culturas, que insistem em ressurgir aqui e ali, desafiando antropólogos e juristas, para desespero e revolta de ruralistas e governantes que lhes tomaram as terras.

Essa face aparentemente sutil da violência se expressa inclusive nos agentes que operam tanto através do Estado como da religião. Professores, agentes governamentais de todo tipo ou religiosos representam, na visão deles, os principais obstáculos à sua autodeterminação e ao seu fortalecimento.

Operando através de políticas verticalizadas e ideologicamente comprometidas com uma visão desenvolvimentista, esses agentes terminam por produzir rupturas e descompassos danosos, que se enraízam profundamente, o que requer constante atenção por parte das lideranças e dos mais velhos, para evitar que se disseminem e corroam a parte mais substancial da resolução de se manterem vivos e senhores do próprio destino.

Os relatos de jovens indígenas que sofrem discriminação nas escolas tradicionais são representativos dessa violência, que termina por produzir quadros de ansiedade e temor em relação ao próprio futuro. Da mesma forma, eles se sentem nas universidades, que os recebem através do sistema de cotas, mas não lhes percebem como outros: vestem-se, falam, agem e pensam de forma diferente, num sistema educacional marcado por meritocracia e divisão social.

Nas palavras dessa liderança "a intenção da escola, que a gente sabe, é acabar com o indígena. Aí eles vão se misturar, ficar tudo igual, e aí acabou a terra". A religião nas aldeias também vai pelo mesmo caminho: "a religião também é pra ficar bonzinho, não ficar brigando. O pastor pede gente perdoar e orar".

Outra forma de violência é a constante alternância e insegurança jurídica em que vivem. Num momento em que trabalhadores privados e estatais encontram-se em franco embate com forças reacionárias que tentam tolher seus direitos em nome de uma suposta modernidade e isonomia, os índios sofrem permanentemente a tensão de, a qualquer momento, serem retirados de suas terras, perderem seus direitos e status diferenciado, em nome de uma igualdade étnico-jurídica, que nada mais é que uma grande falácia defendia por grandes e inescrupulosos investidores de olho nas terras e no subsolo.

Existem até os bem-intencionados que lhes propõem fórmulas mirabolantes de obter riquezas, através do pagamento de royalties, arrendamentos ou processos milionários de expropriação de terras. E a esses foram sugeridas algumas questões: "Vocês perguntaram para os índios se eles querem ser ricos? E mais além, o que significa para um índio ser rico? Qual é o conceito de riqueza que é suficiente?".

A questão do direito à terra, determinado pela Constituição de 1988, lhes permite usufruir das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nela existentes. Usufruir implica, nesse sentido, retirar dela o necessário para o sustento e não gerar riqueza, sendo necessária a edição de leis ordinárias para a exploração mineral e de recursos hídricos nas Terras Indígenas (art. 176, § 1).

Parece-me digno de nota como essa forma de assegurar os "direitos" dos povos indígenas, em que pese o avanço jurídico que significa e importa, não lhes dá a propriedade da terra e nem o direito de explorá-la da forma necessária à sua sobrevivência.

Um dos argumentos da bancada ruralista é justamente este: se os índios arrendarem suas terras, se não estiveram fisicamente sobre elas, junto com todo o imaginário do que signifique ser índio (andar pelado e pintado, viver num eterno domingo...), perdem seu direito a terra: A Constituição naturaliza o índio, reificando seu papel de passarinho do início do texto.

Essa visão liminar do bárbaro e ingênuo selvagem nunca desapareceu: ela ainda move as políticas de governo, teses acadêmicas, disputas jurídicas ou missões religiosas: eles precisam ser integrados, compreendidos como são dentro de uma redoma, expulsos por não se enquadrarem nos moldes de produção capitalista ou convertidos...

Como diz a dona Julia Kayngang, o jeito de ajudar atrapalha: "os índios querem continuar a viver como índios, mas conhecendo a vida do branco. Se não for assim, vai entrar droga, bebida e destruir nossa vida".

Ela relata que foi pedido a uma criança indígena de uma escola fundamental que pintasse o que mais gostava da vida de índio e da vida do branco. A criança respondeu que não iria pintar a vida de índio porque não gostava da vida de índio. Para ela índio só sofre, não tem conforto, passa frio, não tem comida.... "Não gosto da vida de índio", disse a criança.

Nesse momento, me lembrei de outro encontro, em lugar, onde refleti sobre a questão do suicídio entre os Kulina e de como eles pediram a presença de um pastor na aldeia para tentar retirar o capeta que supostamente provocava os suicídios, pois, sendo uma entidade de fora – o capeta -, eles não tinham meios de combatê-lo: os capetas somos nós.

Domingos Bueno – Etnomusicólogo. Professor da Universidade Federal do Acre. Doutorando pela Universidade Federal do Paraná.

DIREITOS INDÍGENAS

HOMEOPATIA NO CAMPO, ALIMENTO SAUDÁVEL NAS MESAS DA CIDADE

Gustavo dos Reis de Oliveira

"Que seu remédio seja seu alimento, e que seu alimento seja seu remédio". Esta frase do filósofo grego Hipócrates (460 – 350 A.C.), conhecido como o Pai da Medicina Ocidental, permanece atual até os dias atuais.

Hipócrates também dizia que haveria duas maneiras de curar as doenças: a partir dos contrários, "Contraria contrabillis curantur", que foi amplamente difundida por seu discípulo Galeno e é a origem da alopatia (Antibióticos, anti-inflamatórios, antiparasitários, etc.); também dizia Hipócrates que outra forma de curar era a partir dos semelhantes "Similia simibillis curantur", que chegou a ser investigada por Paracelso e desenvolvida pelo médico alemão Samuel Hanhemann (1770 – 1850), percursor da terapia denominada Homeopatia.

A palavra Homeopatia quer dizer semelhante a patologia, homeo - semelhante & patia – patologia. Resumidamente, a patologia semelhante a intoxicação por uma substância da natureza e a própria intoxicação por esta substância podem ser tratadas por esta mesma substância diluída e dinamizada, o que irá conferir ao medicamento homeopático a sua potência.

O papel do medicamento homeopático é levar ao organismo enfermo um pequeno estímulo, para que este organismo possa responder à enfermidade por ação secundária, ou seja, a partir da informação trazida pelo medicamento homeopático, o organismo poder produzir células de defesa a fim de controlar o problema.

Os manuais onde estão descritas as patologias geradas pelas substâncias da natureza, as patogenesias, que podem ser de origem animal, mineral e vegetal, são denominadas, Matérias Médicas, e cabe ao homeopata coletar os sintomas de seu paciente e pesquisar nas Matérias Medicas a(s) substância(s) que provoque(m) o maior número possível de sintomas apresentados pelo paciente, que terá seu sistema imunológico estimulado.

Agindo por ação secundária, a Homeopatia não produz resíduos químicos nos organismos tratados, sendo uma importante ferramenta, quando utilizada na agropecuária, para a produção de alimentos saudáveis, agroecológicos ou orgânicos, tanto de origem animal (carne, leite, ovos, etc.) quanto vegetal (hortaliças, frutas, etc.). No caso de criações animais, vale ressaltar que inclusive o esterco destes animais produzirá um adubo livre de resíduos químicos.

A ciência já relacionou os resíduos químicos de alimentos a diversos problemas na saúde humana como, por exemplo, o câncer. Outra questão a se chamar atenção é a resistência a antibióticos, antiparasitários etc., pelos microrganismos causadores de doenças, e vale dizer que as despesas com estes medicamentos, adquiridos em drogarias convencionais, têm uma representatividade cada vez maior no orçamento da população.

O consumo de alimentos saudáveis é um investimento na saúde e qualidade de vida dos indivíduos que optam por estes tipos de alimentação. Ficar livre de resíduos químicos que se acumulam no organismo ao longo do tempo é desarmar uma "bomba relógio" que poderia explodir a qualquer momento em qualquer lugar do organismo.

A utilização de homeopatia e outras terapias livres de resíduos químicos na produção de culturas agropecuárias é um alicerce para que no topo da pirâmide, a mesa da população, os alimentos que cheguem tragam apenas os nutrientes necessários para a manutenção da saúde de quem os consuma e que esse alimento seja o próprio remédio de cada vez mais pessoas pelo mundo.

Gustavo dos Reis Oliveira
Médico Veterinário
reisoliveira@gmail.com

MARGINAIS PAULISTANAS DA MORTE

Antenor Pinheiro

Enquanto o mundo reduz as velocidades máximas permitidas aos veículos circulantes nos sistemas viários das cidades, o prefeito de São Paulo faz o caminho inverso: aumenta-as!

Literalmente na contramão da racionalidade, o Brasil, por seus gestores, continua a dar exemplos exóticos no tratamento da mortalidade no trânsito, cada vez mais distante do que recomendam organismos internacionais que diagnosticaram a questão como enfermidade pública, inclusive a ONU (Organização das Nações Unidas).

Coordenadora do protocolo mundial assinado pelo governo brasileiro com mais 178 países, a ONU, via Organização Mundial da Saúde (OMS), construiu o protocolo da Década Mundial da Segurança Viária, esforço institucional que tem como meta a redução da mortalidade no trânsito em 50% entre 2011 e 2020. Já no meio da década, ao contrário de vários países, o que observamos é a evolução dos números de mortos e feridos nas vias urbanas, nas rodovias, nas estradas...

Uma das políticas públicas homenageadas pela ONU, e que está avaliada como bem-sucedida nesse esforço mundial, é a redução das velocidades nos espaços urbanos de mobilidade, bem como a priorização de investimentos em modais coletivos, pedonais e cicloviários de transporte. Trata-se de tendência global e estratégica que tem surtido efeitos desejados em todo o mundo.

Essas duas políticas foram adotadas em São Paulo na gestão do prefeito Haddad (2013-2016), em especial a redução das velocidades nas Marginais Pinheiros e Tietê, duas das mais importantes vias de deslocamento da cidade. Nestas, foram estabelecidas as velocidades de 50 km/h nas pistas locais, que permitem acesso a outras avenidas da cidade; 60 km/h nas pistas centrais, que ligam as pistas expressas e locais; e 70 km/h nas pistas expressas, que não têm conexão direta com as vias da cidade. Os resultados foram imediatos e no primeiro ano (2016) São Paulo comemorou a queda de 20,6% no número de mortes nestas vias.

No entanto, a redução do limite de velocidade não guardou consenso, e já nos debates da campanha eleitoral em 2016 surgiram as promessas demagógicas de sempre. Dos cinco principais candidatos, Celso Russomanno (PRB) e Marta Suplicy (PMDB) prometeram revisar a medida, e com o slogan politicamente incorreto "Acelera SP", o então candidato João Dória (PSDB) prometeu aumentar os limites de velocidade no primeiro dia do seu mandato, caso eleito.

Não foi no primeiro dia de governo, mas 25 dias após o prefeito dublê de gari e inimigo dos grafites João Dória cumpriu a irresponsável promessa. Sob a imponente e contraditória denominação "Programa Marginal Segura", Dória definiu o aumento das velocidades nas marginais de 50 km/h para 60 km/h, na via local; de 60 km/h para 70 km/h, na via central; e de 70 km/h para 90 km/h, na via expressa.

Os resultados negativos não demoraram a surgir. Nos três primeiros meses, as duas marginais retomaram a rotina anterior de mortes e feridos, fazendo triplicar o apoio do Serviço de Atendimento de Urgência/SAMU , aumentar o número de acidentes com vítimas em 48% e aumentar o número de mortos .

O jornal espanhol El País acionou sua rede de correspondentes no mundo para saber qual é o limite de velocidade de importantes cidades. A conclusão a que chegou o prestigioso jornal é que a redução do limite de velocidade é uma tendência universal que reduz os índices de acidentes, feridos e mortes . Onde ela é aumentada, casos de São Paulo (2016) e Santiago do Chile (2002), aumentam também os acidentes com óbito.

Tivéssemos instituições de regulação mais sérias, uma sociedade mais consciente, educada e mobilizada, certamente o retrocesso experimentado por São Paulo não ocorreria, pois aqui a questão é técnica e não perpassa o senso comum, mas os produtos de cunho científico no tratamento desta epidemia que são as mortes no trânsito brasileiro, conforme diagnosticado pela OMS. O que não é o caso, infelizmente!

QUADRO COMPARATIVO DE VELOCIDADES ALTERADAS

CIDADES	ANTES	DEPOIS	RESULTADO (Acidentes com Mortes)
Grenoble (França)	50km/h	30km/h	- 65%
Nova Yorque	60km/h	40km/h	- 55%
Cidade do México	70km/h	50km/h	- 50%
Londres	50km/h	38km/h	- 40%
Roma	60km/h	50km/h	- 38%
Santiago (Chile)	50km/h	60km/h	+ 25%
São Paulo	50km/h	60km/h	+ 48%

Fonte: Jornal El País (http://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/27/politica/1475007474_676141.html)

Antenor Pinheiro
Jornalista, membro da Associação Nacional de Transportes Públicos/ANTP

PICADA DE COBRAS:

TRATAMENTO COM ESPECÍFICO PESSOA?

Zezé Weiss

Na Amazônia tem uma planta chamada "raiz de cobra", e do extrato dela se faz um fitoterápico para o combate da picada de cobras, o Específico Pessoa. Usado principalmente pela população do Norte e do Nordeste, a tintura serve para o tratamento da picada de cobras, aranhas, escorpiões e taturanas. Tem gente que diz que é "mió de bão". E tem gente que diz que é "coisa de picareta". Coisas da floresta.

O fato é que o Específico (esse nome, em homenagem ao médico Pessoa, que o criou) é assunto de gente grande em muitas partes do mundo. Até no Japão já tem pesquisa, algumas sugerindo precaução no uso, já que uns estudos mostram muita eficiência contra alguns venenos e outros mostram eficiência nenhuma contra os mesmos venenos.

Mas dizem os ribeirinhos da Amazônia que o que conta mesmo é a experiência. "Se o lagarto tiú briga com cobra, é picado e não morre porque rói a 'raiz de cobra', então é porque há de fazer algum efeito".

Dizem que pode não ser tão perfeito como o soro antiofídico, mas que algum poder tem, lá isso tem. Já tem mais de 50 anos que esse remédio foi criado e que todo mundo toma e, "se bem não faz, mal também não faz", como se diz.

Por via das dúvidas, tem muita gente que segue o conselho do povo tradicional – antes de entrar na floresta, toma um bom gole de Específico Pessoa, e ainda leva um outro tanto na mochila. O costume segue, mesmo com uma pesquisa do Instituto Butantã mostrando que, no caso da jararaca, responsável por 90% dos incidentes de picadas de cobra no Brasil, a tintura não mostrou eficiência.

A prática comum de quem anda em áreas de risco corrobora a informação de que, segundo algumas pesquisas, o famosíssimo Específico Pessoa é, provavelmente, o remédio contra o veneno de animais peçonhentos mais produzido no Brasil.

Uma versão do produto é vendida em casas agropecuárias como composto P. Esser, para a aplicação em animais como socorro imediato em caso de picada de cobra, sendo que sua bula recomenda a visita imediata a um posto médico. Ou seja, na hora do sufoco, toma o Específico, mas corre atrás de mais socorro. Faz sentido!

E para achar o Específico Pessoa? Em farmácia é que não se encontra, já que a garrafada não tem registro na Anvisa. Além das feiras do Norte e Nordeste, o produto é encontrado à venda em vários sites da Internet.

Muitos vêm com bula, e elas são cautelosas ao afirmar que o fitoterápico é indicado para os primeiros socorros em acidentes com animais peçonhentos.

Para quem quiser saber mais sobre o Específico Pessoa, os resultados de algumas pesquisas estão disponíveis na internet: http://www.faperj.br, http://cienciahoje.uol.com.br, http://www.scielo.br.

Zezé Weiss
Jornalista
Socioambiental
@zezeweiss

VENCENDO A INDIFERENÇA, O PESO MORTO DA HISTÓRIA

Trajano Jardim

As mobilizações populares contra o golpe desfechado pelo Parlamento, com o apoio da mídia de direita liderada pela Rede Globo e do judiciário, mostram que a resistência está tirando a população da indiferença.

Daquela letargia ocasionada pelo sentimento de tomada do poder que se apossou de todo o movimento social e político, com a vitória da Frente Brasil Popular, no governo Lula. No nosso equívoco de classe, havíamos derrotado as atrasadas elites brasileiras e os grupos capitalistas internacionais.

Antonio Gramsci definiu o sentimento de indiferença como o peso morto da história, a bala de chumbo para o inovador. É aquilo que confunde os movimentos transformadores e destrói as organizações, por mais combativas que elas sejam. Desencoraja os que pretendem se engajar na luta e os leva a ficar impassíveis e inertes diante dos problemas enfrentados por sua classe.

Os indiferentes não levam em conta que as únicas armas de que dispõem os trabalhadores, os oprimidos, para se defender do ataque destruidor que a classe dominante corrupta e seus representantes nos três poderes, na mídia entreguista, apoiados pelas grandes potências internacionais, são a sua unidade de classe, a organização e a permanência nas ruas.

O golpe de Estado que apeou Dilma Rousseff do poder trouxe para o centro de decisões o que existe de mais nocivo à vida política nacional, retrocedendo ao século 19 as relações sociais e de trabalho, com a aplicação da cartilha neoliberal imposta aos países periféricos, que retira a autoestima dos trabalhadores e da sociedade, transformando os setores de resistência em presa fácil da exploração capitalista.

Felizmente, passados os instantes de torpor pós-golpe, as evidências pelas denúncias de conluios entre políticos e empresas nacionais e estrangeiras, para tomar de assalto os recursos naturais e o patrimônio público da nação, com a reforma trabalhista e da Previdência, com o objetivo de entregá-los ao setor privado e aos monopólios internacionais, começa a despertar as forças de resistência.

A Greve Geral de 28 de abril, a marcha "Ocupa Brasília", em 24 maio, e o ato "Político Cultural" do dia 28 de maio, no Rio de Janeiro, cada um com mais de 100 mil pessoas, é uma demonstração de que a indiferença está sendo derrotada, aliada a outro elemento importante e decisivo: a unidade, embora ainda frágil, das centrais sindicais.

Às ruas com o movimento de massas é o caminho da nossa resistência e da nossa vitória. E voltando ao velho Gramsci, "Vivo, sou militante. Por isso odeio quem não toma partido, odeio os indiferentes".

Trajano Jardim
Jornalista e Professor Universitário

SINPROEP
Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal

#OCUPABRASÍLIA EM MARCHA HISTÓRICA, 200 MIL PROTESTAM PARA BARRAR AS REFORMAS DO GOVERNO

Brasília foi tomada no dia 24 de maio por cerca de 200 mil manifestantes, vindos de várias partes do País, que, portando bandeiras, faixas, cartazes e balões, marcharam pela Esplanada dos Ministérios exigindo a retirada das nefastas propostas de reforma da Previdência e trabalhista e a saída do ilegítimo Michel Temer, com a convocação de eleições diretas.

Foi o **#OcupaBrasília**, considerado o maior protesto já realizado na Capital pelos movimentos sindical e sociais após delações dos donos da JBS colocarem o nome de Michel Temer no epicentro dos escândalos políticos decorrentes das investigações da Operação Lava-Jato.

Brasília recebeu 500 ônibus com caravanas, que se concentraram no Estádio Mané Garrincha, de onde os trabalhadores saíram em marcha às 11h desta quarta-feira. No trajeto pelo Eixo Monumental, mais pessoas foram se juntando à mobilização, pacificamente.

O presidente do Sindicato, **Eduardo Araújo**, presente no ato, declarou que as manifestações não acabaram naquele dia.

BANCÁRIOS DF
SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA

Nós fazemos a Xapuri acontecer. Você, com sua assinatura,
faz a Xapuri continuar acontecendo!

REVISTA IMPRESSA — **ANUAL** R$ 110,00 12 EDIÇÕES — **BIANUAL** R$ 199,00 24 EDIÇÕES (BÔNUS: REVISTA DIGITAL)

REVISTA DIGITAL — **ANUAL** R$ 55,00 12 EDIÇÕES — **BIANUAL** R$ 99,00 BÔNUS: REVISTA IMPRESSA (DO MÊS DA ASSINATURA)

ASSINE JÁ! WWW.XAPURI.INFO/ASSINE